

TC 00  
2015

(enc. 2015)

**MTGás**

**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS**  
**MTGás**







Gabinete de Conselheiro  
Conselheiro Antonio Joaquim  
Telefone: 3613-7531 / 7532 - Fax: 3613-7534  
e-mail: gab.ajoaquim@tce.mt.gov.br

Ofício 609/2014/GAB-AJ/TCE-MT

Cuiabá, 12 de agosto de 2014.

A Sua Senhoria  
Senhor **HELNY PAULA CAMPOS**  
Presidente da Companhia Mato-grossense de Gás – MT GÁS  
**CUIABÁ – MT**

Assunto: Apresentação de Servidores

**Senhor Presidente:**

Apresento a Vossa Senhoria os servidores Raquel Jorge, Soraia Vicunan S. Nunes e Júlio César da Silva, designados por esta relatoria para realizar inspeção *in loco*, a fim de exercerem as atividades referentes ao controle externo simultâneo – exercício 2014.

Para a realização satisfatória dos trabalhos, solicito que coloque à disposição dos servidores a documentação necessária, bem como facilite o seu acesso às dependências do órgão.

Atenciosamente,

**Conselheiro ANTONIO JOAQUIM**  
Relator



Secretaria de Controle Externo  
Conselheiro Antonio Joaquim  
Telefone: 3613-7173 / 7175  
e-mail: relatoria\_ajoaquim@tce.mt.gov.br

OFÍCIO/AUDITOR/Nº 02/2014

Cuiabá, 27 de fevereiro de 2015.

Para: **Companhia Mato-grossense de Gás – MT GÁS**

Sr. Contador / Controlador Interno

De acordo com a determinação do Conselheiro Antônio Joaquim, Relator das Contas Anuais de Companhia Matogrossense de Gás – MT GÁS do exercício de 2014, para realizar o Relatório Técnico referente à análise de gestão, solicita-se, a disponibilização das documentações abaixo relacionadas para subsidiar os nossos trabalhos. Informando que essa relação não é exaustiva, podendo outros documentos serem solicitados posteriormente.

Ressalta-se que as informações referem-se ao período de janeiro a dezembro de 2014. Além disso, a documentação deverá ser disponibilizada conforme quadro a seguir, fazendo referência a essa numeração.

CONTAS DE GESTÃO	
A	RESPONSÁVEIS
A1	Gestores responsáveis pelas contas, com atos de nomeação, indicados por período <i>Helmy</i>
A2	Contador responsável, com ato de nomeação e indicação do vínculo funcional <i>Heliane</i>
A3	Controlador Interno, com ato de nomeação e indicação de vínculo funcional <i>Jackeline Pereira</i>
A4	Responsável pela área jurídica, com ato de nomeação e indicação do vínculo funcional <i>Juliano</i>
A5	Presidente e membros das comissões de licitação com atos de nomeação de 2013 e 2014 <i>Cartoria 06. GS. 2014 da Secretaria Adjunta de Administração</i>
A6	Fiscais dos contratos e respectivo ato de nomeação <i>Gleice</i>
A7	Regimento Interno <i>Estatuto Social, Lei 7939/2003 e Decreto 1.750/2004</i>
B	PROCESSOS DE DESPESAS

DTI  
DR JULIANO  
Nº 02/2015  
CPA 24/03/2015  
Helmy Paula Campos  
Diretor-Presidente - MTGás





Secretaria de Controle Externo  
Conselheiro Antonio Joaquim  
Telefone: 3613-7173 / 7175  
e-mail: relatoria\_ajoaquim@tce.mt.gov.br

CONTAS DE GESTÃO	
B2	a) faturas de energia elétrica, b) faturas de água, c) faturas de telefonia fixa, d) faturas de telefonia móvel, e) guias do Pasep, f) guias do INSS (prestador e patronal), g) guias relativa ao fundo previdenciário h) demais processos de pagamentos
<del>B3</del>	Relação dos suprimentos de fundo concedidos <i>não tem</i>
<del>B4</del>	Relação de diárias <i>não tem</i>
<del>C</del>	<b>LICITAÇÃO</b>
<del>C3</del>	Relação de licitações ocorridas em 2014, destacando a modalidade, objeto, licitantes, vencedor e valor; (inclusive dispensa e inexigibilidade) e contrato decorrente <i>não houve</i>
<del>C4</del>	Editais e ata de julgamento das licitações <i>não houve</i>
<b>D</b>	<b>CONTRATOS</b>
D5	Relação dos contratos firmados no exercício e aditivos. Deve constar na relação: contratado, objeto, valor, vigência, origem (nº da licitação ou dispensa e/ou inexigibilidade), com indicação do representante da Administração que acompanha e fiscaliza o respectivo contrato <i>planilha</i>
D6	Relação dos contratos de exercícios anteriores vigentes e aditivos. Deve constar na relação: contratado, objeto, valor, vigência, origem. <i>planilha</i>
D7	Contratos em meio digital <i>disponível</i>
<b>E</b>	<b>CONVÊNIOS</b>
<del>E8</del>	Relação dos convênios concedidos firmados no exercício e aditivos: conveniado, objeto, valor, vigência, origem. <i>não tem</i>
<del>E9</del>	Relação dos convênios de exercícios anteriores vigentes e aditivos. Deve constar na relação: conveniado, objeto, valor, vigência, origem. <i>não tem</i>
<del>E10</del>	Termos de convênios em meio digital, incluindo a aprovação <i>não tem</i>





Secretaria de Controle Externo  
Conselheiro Antonio Joaquim  
Telefone: 3613-7173 / 7175  
e-mail: relatoria\_ajoaquim@tce.mt.gov.br

CONTAS DE GESTÃO	
<b>F</b>	<b>ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS</b>
F11	Comprovante de recolhimento e pagamento da contribuição patronal ao INSS e fundo previdenciário <i>gleice</i>
F12	Comprovante de recolhimento e pagamento da contribuição dos segurados ao INSS e fundo previdenciário <i>gleice</i>
<del>F13</del>	Instrumento normativo de parcelamento referente aos encargos previdenciários, se houver <i>não tem</i>
<b>G</b>	<b>RESTOS A PAGAR</b>
G14	Relação de restos a pagar cancelados e a autorização para o cancelamento <i>F18 226</i>
G15	Relatório sintético de pagamentos de restos a pagar, demonstrando a data da inscrição e data de pagamento <i>não foram pagos ainda</i>
<b>H</b>	<b>BENS MÓVEIS E IMÓVEIS</b>
H16	Inventário físico financeiro dos bens móveis e imóveis <i>adrielle = OK</i>
H17	Relação dos veículos próprios e locados, por locador, ambos com placa, marca, tipo <i>adrielle</i>
H18	Controle de <u>custo</u> de <u>manutenção</u> de veículos e equipamentos de forma individualizada <i>adrielle =</i>
H19	Controle de abastecimento de veículos <i>carlos # SEDEC = OK</i>
<del>H20</del>	Relação de bens móveis e imóveis alienados e cópia de lei autorizativa <i>não tem</i>
<b>I</b>	<b>SISTEMA DE CONTROLE INTERNO</b>
I21	Normas e procedimentos de controle interno, inclusive normatização de rotinas e procedimentos do Gerenciamento, Controle do Uso e Locação da Frota e dos Equipamentos <i>jackeline Peris = Lei Complementar 198/2004, 295/2007</i>
I22	Relatório de atividades/relatório de auditoria (ou outro documento que comprove sua atuação). Tais relatórios evidenciam as amostras analisadas de processos (despesas, licitações, etc.) mostrando as irregularidades e a sua comunicação ao setor responsável e ao gestor para providências. <i>5506</i> <i>Sob posse e responsabilidade de jackeline Peris = UNISECI</i>





Secretaria de Controle Externo  
Conselheiro Antonio Joaquim  
Telefone: 3613-7173 / 7175  
e-mail: relatoria\_ajoaquim@tce.mt.gov.br

<b>CONTAS DE GESTÃO</b> <i>NÃO CABE A MTGÁS</i>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Plano de Implantação de Conselho Estadual de Transporte, seu Regimento Interno e Atas das Reuniões
<b>J</b>	<b>CRONOGRAMA DE CUMPRIMENTO DA NOVA CONTABILIDADE</b>
J21	Cronograma de Implantação das Novas Regras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público <i>Cleber Metello Coordenador Contábil e Selmaure contaa</i>
<b>H</b>	<b>CRONOGRAMA DE CUMPRIMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO</b>
H22	Cronograma para implantação da Lei de Acesso a Informação (art. 5º da RN TCE nº 25/2012, atualizada pela RN TCE nº 14/2013)
H23	Endereço, descrição e foto da unidade (estruturada fisicamente) responsável pelo recebimento, processamento e gerenciamento das solicitações de acesso à informação (Sistema de Informação ao Cidadão)
H24	Endereço do site do "Portal da Transparência" (página de internet) contendo as informações relacionadas no Anexo Único da RN TCE nº 14/2013

Solicita-se que, caso nos setores específicos não sejam encontrados tais documentos, seja elaborado uma **Declaração**, para cada item acima, por parte do responsável, informando o motivo do não atendimento a este ofício. Qualquer dúvida entrar em contato pelo email [raquely@superig.com.br](mailto:raquely@superig.com.br), [soraia@tce.gov.br](mailto:soraia@tce.gov.br) e [juliocesardasilva500@gmail.com](mailto:juliocesardasilva500@gmail.com)

Certos de vosso atendimento, aguarda-se as vossas providências.

  
**SORAIA VICUNAN SOUZA NUNES**  
Técnico de Controle Público Externo

  
**JULIO CESAR DA SILVA**  
Técnico de Controle Público Externo





Secretaria de Controle Externo  
Conselheiro Antonio Joaquim  
Telefone: 3613-7173 / 7175  
e-mail: relatoria\_ajoaquim@tce.mt.gov.br

**RAQUEL JORGE**  
Auditor Público Externo





Secretaria Geral do Pleno  
Telefone: 3613-7602 / 7603 / 7604  
e-mail: secretaria@tce.mt.gov.br

**Processo nº** 8.850-1/2014  
**Interessado** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**Assunto** Altera a Resolução Normativa nº 25/2012 para incluir a remessa, via Sistema Aplic, de informações quanto ao cumprimento da Lei de Acesso à Informação e criação de ouvidorias locais  
**Relator Nato** Conselheiro Presidente WALDIR JÚLIO TEIS  
**Sessão de Julgamento** 19-8-2014 – Tribunal Pleno

### **RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 14/2014 – TP**

Altera a Resolução Normativa nº 25/2012 para incluir a remessa, via Sistema Aplic, de informações quanto ao cumprimento da Lei de Acesso à Informação e criação de ouvidorias locais.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 70 a 75 da Constituição Federal, artigo 47 da Constituição Estadual, e artigo 1º da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso) e,

**Considerando** a determinação da Resolução Normativa nº 25/2012-TP para que os órgãos e entidades do Estado e dos Municípios de Mato Grosso implementem a Lei de Acesso à Informação, bem como a criação de ouvidorias locais, conforme dispõe a Lei Federal nº 12.527/2011;

**Considerando** que compete ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso fixar prazo para que os gestores públicos adotem providências para o exato cumprimento das normas legais, nos termos do artigo 1º, XI, 3º, da Lei Complementar nº 269/2007;

### **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Incluir os seguintes parágrafos ao artigo 6º da Resolução Normativa nº 25/2012:

Casa Barão de Melgion - 1953

Edifício do Poder Judiciário - Sede Estadual  
2013





Secretaria Geral do Pleno  
Telefone: 3613-7602 / 7603 / 7604  
e-mail: secretaria@tce.mt.gov.br

**§ 1º.** A remessa de informação da competência do mês de setembro do exercício corrente dos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal deverá conter o envio, via Sistema Aplic, de comprovante da implantação da Lei de Acesso à Informação (código 44), bem como da criação das Ouvidorias (código 45).

**§ 2º.** Os órgãos públicos integrantes da administração direta e indireta dos Poderes Executivo, Legislativo Estadual e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso deverão encaminhar o comprovante de implantação da Lei de Acesso à Informação, por meio físico, até 31 de outubro do exercício corrente.

**§ 3º.** Constitui elemento, para fins de emissão de Parecer Prévio sobre as contas anuais do Poder Executivo e julgamento das contas dos demais Poderes, órgãos e entidades, a remessa do comprovante de implantação da Lei de Acesso à Informação nos prazos referidos dos parágrafos anteriores.

**§ 4º.** Caso a lei de acesso à informação ou a criação da ouvidoria não tenham sido implementadas, deverá ser encaminhada declaração do gestor responsável, contendo justificativa para o não atendimento da Resolução Normativa nº 25/2012 deste Tribunal de Contas”.

**Art. 2º.** Esta Resolução Normativa entra em vigência na data da sua publicação.

Participaram da deliberação os Conselheiros ANTONIO JOAQUIM, VALTER ALBANO, DOMINGOS NETO e SÉRGIO RICARDO, e o Conselheiro Substituto LUIZ CARLOS PEREIRA, que estava substituindo o Conselheiro HUMBERTO BOSAIPO.

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador Geral WILLIAM DE ALMEIDA BRITO JÚNIOR.

Casa Barão de Melgaco - 1ª Sede  
1953

**Publique-se.**

Edifício Marechal Rondon - Sede atual  
2013





Secretaria Geral do Pleno  
Telefone: 3613-7602 / 7603 / 7604  
e-mail: secretaria@tce.mt.gov.br

**Processo nº** 8.850-1/2014  
**Interessado** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**Assunto** Altera a Resolução Normativa nº 25/2012 para incluir a remessa, via Sistema Aplic, de informações quanto ao cumprimento da Lei de Acesso à Informação e criação de ouvidorias locais  
**Relator Nato** Conselheiro Presidente WALDIR JÚLIO TEIS  
**Sessão de Julgamento** 19-8-2014 – Tribunal Pleno

### RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 14/2014 – TP

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso,  
em Cuiabá, 19 de agosto de 2014.

*(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br))*

CONSELHEIRO WALDIR JÚLIO TEIS  
Presidente

WILLIAM DE ALMEIDA BRITO JÚNIOR  
Procurador Geral de Contas

Casa Barão de Melgaço - 1ª Sede  
1953

Edifício Marechal Rondon - Sede atual  
2013





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO

Secretaria Geral do Pleno  
Telefone: 3613-7602/7603/7604  
e-mail: secretaria@tce.mt.gov.br

**Processo nº** 8.312-7/2012  
**Interessado** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**Assunto** Aprova o “Guia para Implementação da Lei de Acesso à Informação e Criação das Ouvidorias dos Municípios”, estabelece prazos e dá outras providências.  
**Relator Nato** Conselheiro Presidente JOSÉ CARLOS NOVELLI  
**Sessão de Julgamento** 18-9-2012 - Tribunal Pleno

### **RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 25/2012 – TP**

Aprova o “Guia para Implementação da Lei de Acesso à Informação e Criação das Ouvidorias dos Municípios”, estabelece prazos e dá outras providências.

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71 da Constituição da República; artigo 47 da Constituição Estadual; artigos 3º e 4º da Lei Complementar 269/07 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso); e incisos VI e VII do artigo 30 da Resolução 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso); e,

**Considerando** que o Estado Democrático de Direito, sob o qual é alicerçada a República Federativa do Brasil, adotou o princípio da Publicidade;

**Considerando** a necessidade de divulgação dos atos processuais a fim de conferir transparência e garantir o direito de acesso à informação, conforme dispõe o art. 5º, XXXIII e XXXIV, b da Constituição;

**Considerando** que o art. 93, IX, da Constituição Federal garante o exercício da publicidade restrita ou especial dos atos processuais, segundo





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO

Secretaria Geral do Pleno  
Telefone: 3613-7602/7603/7604  
e-mail: secretaria@tce.mt.gov.br

o qual a divulgação pode e deve ser restringida sempre que a defesa da intimidade ou o interesse público o exigir;

**Considerando** a Lei nº 12.527/2011 que regulamenta o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal;

**Considerando** que o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 12.527/2011 estabelece que estão subordinados a essa Lei os órgãos públicos integrantes da Administração Direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, Judiciário e Ministério Público;

**Considerando** que o artigo 45 da Lei nº 12.527/2011, dispõe caber aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios regulamentar, em legislação própria, obedecidas as normas gerais estabelecidas na referida Lei, a proteção e defesa da intimidade ou do interesse público por meio do sigilo de documentos e processos;

**Considerando** que a Lei Complementar nº 269/2007 desta Corte de Contas, em seu artigo 47, disciplina que em louvor à preservação dos direitos e garantias individuais, dar-se-á tratamento sigiloso às denúncias e representações até a decisão definitiva de mérito;

**Considerando** que o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em seus artigos 34, § 1º e 220, trata acerca dos processos de caráter sigiloso, bem como no artigo 221, § 4º há a previsão de responsabilização dos servidores em caso de divulgação de informações relativas a processos classificados como sigilosos.

**Considerando** as Resoluções Normativas Nºs 08/2010 e 10/2010 que dispõem sobre o Código de Ética dos servidores deste Tribunal e,

respectivamente, a Política de Segurança de Informações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – PSI-TCE/MT;

**Considerando** o Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, na iniciativa 2.1.1 “Fortalecer a coerência das decisões com valores, princípios e normas”, bem como em seu objetivo estratégico n. 10 “Fortalecer a gestão da informação e do conhecimento” e iniciativa 10.1.2 de “aperfeiçoar a política de segurança da informação”;

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**:

**Art. 1º** Aprovar o “Guia para Implementação da Lei de Acesso à Informação e Criação das Ouvidorias dos Municípios” anexo a esta resolução, da qual passa a fazer parte integrante.

**Art. 2º** Recomendar aos Poderes, órgãos e entidades do Estado e dos Municípios de Mato Grosso, que ainda não tenham implantado a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011, que o façam mediante ato normativo formal, observando as recomendações apresentadas no Guia mencionado no artigo 1º.

**Art. 3º** A aplicabilidade da Resolução Normativa abrange os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo as instituições autônomas como o Ministério Público e a Defensoria, bem como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado e Municípios de Mato Grosso.

**Art. 4º** As normas estabelecidas nesta Resolução não eximem os Poderes, instituições, órgãos e entidades de observarem os demais dispositivos da



Lei nº 12.527/2011 e legislação vigente, quando da execução das respectivas atividades.

**Art. 5º** Os procedimentos a que se refere o Guia deverão ser concluídos até 31 de dezembro de 2013, de acordo com o cronograma estipulado a seguir:

Descrição	2012	2013				
		1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre
Conhecer a Resolução Normativa e a cartilha e compor comissão para elaborar norma própria e específica no âmbito de cada entidade pública e poder	X					
Editar norma específica para cada poder, órgão e entidade		X	X			
Implantar sistema de informação				X		
Elaborar fluxo interno de tramitação					X	
Fazer a gestão da informação						X

**Art. 6º** Integrará o processo de Contas Anuais de Governo e de Gestão do respectivo Poder, entidade e órgão a comprovação de implantação total desta resolução.

**Processo nº** 8.312-7/2012  
**Interessado** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**Assunto** Aprova o “Guia para Implementação da Lei de Acesso à Informação e Criação das Ouvidorias dos Municípios”, estabelece prazos e dá outras providências.  
**Relator Nato** Conselheiro Presidente JOSÉ CARLOS NOVELLI  
**Sessão de Julgamento** 18-9-2012 - Tribunal Pleno

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 25/2012 – TP**

**Art. 7º** Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Participaram da deliberação os Conselheiros ANTONIO JOAQUIM, VALTER ALBANO, WALDIR JÚLIO TEIS, DOMINGOS NETO e SÉRGIO RICARDO.

Participou, ainda, da deliberação o Conselheiro Substituto LUIZ HENRIQUE LIMA, que estava substituindo o Conselheiro HUMBERTO BOSAÍPO.

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador Geral de Contas ALISSON CARVALHO DE ALENCAR.

**Publique-se.**

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 18 de setembro de 2012.

(assinaturas digitais)

CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI  
Presidente

ALISSON CARVALHO DE ALENCAR  
Procurador Geral de Contas





Governo do Estado de Mato Grosso

## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

CÓPIA

Ofício nº 011/2015/GAF/MTGás

Cuiabá (MT), 10 de março de 2015.

*Ilustríssimas Senhoras  
Técnicas de Controle Público Externo  
Do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso*

Em resposta ao ofício/AUDITOR/Nº 02/2014, datado de 27 de fevereiro de 2015, vimos por meio deste, apresentar os documentos solicitados, informando item por item.

### **A - CONTAS DE GESTÃO**

- A1- O Gestor responsável pelas contas é o Diretor Presidente, Sr. HELNY PAULA CAMPOS, ordenador de despesas (cópia da ata do Conselho Administrativo em anexo);
- A2- O contador responsável é o Sr. Heliaure Celso de Miranda Silva (Portaria 004/2012/SICME/SOE anexa) que transferiu os serviços contábeis para o antigo núcleo sistêmico, **atual Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica -SEDEC**,
- A3- O Controlador Interno é a Sra. Jackeline Lopes Peris, Responsável pelas Unidades Setoriais de Controle Interno – UNISECI, da **atual Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica -SEDEC** ;
- A4- O responsável pela área jurídica é o Sr. Juliano Muniz Calçada, funcionário contratado por esta Cia, através de CLT;
- A5- As Licitações necessárias são todas efetuadas pela comissão de licitação do antigo do Núcleo Sistêmico, da **atual Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica –SEDEC**;
- A6- A Fiscal dos contratos é a Sra. Gleice Moraes Dias, funcionária contratado por esta Cia, através de CLT;





Governo do Estado de Mato Grosso

## **COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**

A7- Regimento interno apresentado em Estatuto Social, Lei 7939/2003 e Decreto 1.760/2003, cópias anexas;

### **B- PROCESSOS DE DESPESAS:**

B2- Caixas contendo todos os **processos ORIGINAIS de pagamento** do exercício 2014, os quais deverão ser restituídos da forma como entregues;

B3- Não foi efetivado nenhum Suprimento de Fundos concedidos no exercício de 2014;

B4- Não foi efetivada nenhuma Diária no exercício de 2014;

### **C- LICITAÇÃO**

C3- Não foi realizada nenhuma Licitação no exercício de 2014;

C4 – Não foi realizado nenhum edital ou ata de julgamento no exercício de 2014;

### **D- CONTRATOS:**

D5 e D6- Anexamos quadro contendo a relação de todos os contratos e seus aditivos, firmados no exercício de 2014;

D6- No mesmo quadro anterior;

D7- Os Contratos estão todos digitalizados, disponíveis às Vossas Senhorias;

### **E- CONVENIOS**

E8- Não foram firmados convênios no exercício de 2014;

E9- Não foram firmados convênios no exercício anterior;

E10- Não foram firmados convênios nos exercícios anteriores e em 2014;

### **F- ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS;**

F11 – Entregamos fotocópia de todos os comprovantes de recolhimento e pagamento de contribuição social PATRONAL – INSS;

F12 - Entregamos fotocópia de todos os comprovantes de recolhimento e pagamento de contribuição social SEGURADOS – INSS;





Governo do Estado de Mato Grosso

## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

F13 – Não foi firmado instrumento normativo de parcelamento de encargos previdenciários no exercício de 2014;

### **G- RESTOS A PAGAR;**

G14- Não houve Relação de Restos a Pagar cancelados, apenas foram inscritos, conforme cópia do FIP 226 anexo.

G15- Os débitos inscritos em restos a pagar ainda não foram pagos, visto que o orçamento do Estado somente foi aberto em 05/03/2015, outrossim, todos os processos de pagamento encontram-se na **Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica –SEDEC, devidamente formalizados, aguardando liquidação e pagamento;**

### **H- BENS MÓVEIS E IMÓVEIS:**

H16- Entregamos cópia do Inventário físico financeiro do exercício de 2014, bem como da matrícula 67.913, referente ao bem imóvel, todos em anexo;

H17- Entregamos documento ORIGINAL contendo a relação dos veículos próprios e locado no exercício de 2014;

H18- Entregamos documento ORIGINAL contendo a Relação do controle de manutenção de veículos e equipamentos de forma individualizada, inclusive está a disposição o processo de compra de peças do conserto efetuado;

H19- Entregamos documento ORIGINAL de abastecimento de veículos;

H20- Não foram alienados nenhum bem móvel ou imóvel no exercício de 2014;

### **I-SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

I21- Entregamos cópias das normas e procedimentos do controle interno LC 550/2014, LC 295/2007 e LC 198/2004, que regem os referidos procedimentos;

I22- O Relatório de Atividades/Relatório de Auditorias ficam sob a posse e responsabilidade da Sra. Jackeline Lopes Peris, Responsável pelas Unidades Setoriais de Controle Interno – UNISECI, da **atual Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica –SEDEC;**

### **J- CRONOGRAMA DE CUMPRIMENTO DA NOVA CONTABILIDADE:**



Governo do Estado de Mato Grosso

## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

J21- O Cronograma de Implantação das Novas Regras de Contabilidade está a cargo do nosso contador, Sr. Heliaure Celso de Miranda Silva, e do nosso Coordenador Contábil, Sr. Cleber Benedito Metello, ambos do antigo núcleo sistêmico, **atual Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica -SEDEC**,

### **H- CRONOGRAMA DE CUMPRIMENTO DA ELI DE ACESSO À INFORMAÇÃO;**

H22, H23 e H24 – Apresentamos documento do Portal da Transparência contendo as informações solicitadas.

No mais, estamos a disposição de Vossas Senhorias para sanar quaisquer dúvidas, bem como apresentar quaisquer outros documentos que houverem por bem solicitar.

Atenciosamente.

**Helny Paula Campos**  
**Diretor Presidente - MTGÁS**

*Recibi em 10/03/15*  
*Rogulfo Santiago*



**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS – MTGÁS**  
**JUCEMAT – 51300007746 Em 25/11/2003 – C.N.P.J. 06.023.921/0001-56**  
**ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2014**

Ao 1º dia do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, às 14:00 horas, à Avenida Rubens de Mendonça nº 2254, 15º Andar, Sala 1503/1504, Edifício American Bussiness Center, Bairro Jardim Aclimação, CEP: 78050-000, no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, reuniram-se em primeira convocação os membros do Conselho de Administração da **COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS – MTGÁS**, senhores: **ALAN FABIO PRADO ZANATTA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 0986036-3, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, inscrito no CPF sob o nº 570.066.101-25, residente na Rua das Bromélias, nº 410, Condomínio Florais, CEP: 78.049-418, em Cuiabá/MT; **PEDRO JAMIL NADAF**, brasileiro, nascido em Cuiabá – MT em 1º de novembro de 1963, Bacharel de Direito, portador da cédula de Identidade RG nº 0279378-4, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF nº 265.859.101-25, residente e domiciliado à Av. Haiti, nº 193, Ed. Clarisse Lispector, apartamento 1904, Bairro Jardim das Américas, em Cuiabá/MT; **MARCIO LUIZ DE MESQUITA**, brasileiro, divorciado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 068.478-3, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso e inscrito no CPF sob o nº 080.791.881-49, residente à Avenida Miguel Sutil, nº 9990, Edifício Riviera Santa Rosa, apartamento 1502, CEP: 78.040-365, em Cuiabá/MT; **HELNY PAULA CAMPOS**, brasileiro, nascido em Jaciara/MT no dia 02 de fevereiro de 1957, casado em regime de comunhão parcial de bens aos 29 dias do mês de julho de 1980, portador da Cédula de Identidade RG nº 02.5361 emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, inscrito no cadastro de pessoas físicas do Ministério da Fazenda CPF nº 112.328.541-15, residente e domiciliado à Rua Lídio Modesto da Silva, Ed. João Paulo II, Apto. 401, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT; Fazendo uso da palavra, o Presidente do Conselho, Senhor **ALAN FABIO PRADO ZANATTA**, já qualificado, assumiu os trabalhos e convidou a mim, **HELNY PAULA CAMPOS**, igualmente qualificado, para secretariá-lo, no que acedi, assim se constituindo a mesa. Fazendo uso da palavra, o Senhor Presidente declarou instalada a Reunião do Conselho e iniciou tratando da nomeação para o Cargo de Diretora Administrativo-Financeiro, que encontrava-se vago, para o qual indicou-se a Sra. **JAKELINE APARECIDA MOURA**, brasileira, divorciada, advogada inscrita na OAB/MT sob nº 6.064, Cédula de Identidade RG nº 20649660-6 SSP/SP e CPF nº 106.446.638-98, residente e domiciliada à Rua Camboja, nº 210, Jardim Shangri-lá, Cuiabá/MT, pelo período de 3 (três) anos, contados a partir do dia 1º de abril de 2014. Posta em votação a nomeação da Diretora Administrativo-Financeiro, foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros da MTGÁS. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário para lavratura da presente Ata. Reaberta a reunião, a presente Ata depois de lida e achada conforme, foi aprovada em todos os seus termos, sendo assinada e rubricada em todas as suas folhas por mim secretário, pelo Presidente da mesa e todos os presentes.

Cuiabá(MT), 1º de Abril de 2014.

1º OF.  
Cuiabá-MT

**Alan Fabio Prado Zanatta**  
Presidente

**Helny Paula Campos**  
Secretário

6º OFÍCIO



**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS – MTGÁS**  
**JUCEMAT – 51300007746 Em 25/11/2003 – C.N.P.J. 06.023.921/0001-56**  
**ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 2013**

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às 14h00, à Avenida Rubens de Mendonça, nº 2.254, 15º Andar, Sala 1503/1504, Edifício American Bussiness Center, Bairro Jardim Aclimação, CEP: 78050-000, no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, reuniram-se em primeira convocação os membros do Conselho de Administração da **COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS – MTGÁS**, senhores: **ALAN FABIO PRADO ZANATTA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 0986036-3, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, inscrito no CPF sob o nº 570.066.101-25, residente na Rua das Bromélias, nº 410, Condomínio Florais, CEP: 78.049-418, em Cuiabá/MT; **PEDRO JAMIL NADAF**, brasileiro, nascido em Cuiabá – MT em 1º de novembro de 1963, Bacharel de Direito, portador da cédula de Identidade RG nº 0279378-4, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF nº 265.859.101-25, residente e domiciliado à Av. Haiti, nº 193, Ed. Clarisse Lispector, apartamento 1904, Bairro Jardim das Américas, em Cuiabá/MT; **MARCIO LUIZ DE MESQUITA**, brasileiro, divorciado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 068.478-3, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso e inscrito no CPF sob o nº 080.791.881-49, residente à Avenida Miguel Sutil, nº 9990, Edifício Riviera Santa Rosa, apartamento 1502, CEP: 78.040-365, em Cuiabá/MT; **HELNY PAULA CAMPOS**, brasileiro, nascido em Jaciara/MT no dia 02 de fevereiro de 1.957, casado em regime de comunhão parcial de bens aos 29 dias do mês de julho de 1980, portador da Cédula de Identidade RG nº 02.5361 emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, inscrito no cadastro de pessoas físicas do Ministério da Fazenda CPF nº 112.328.541-15, residente e domiciliado à Rua Lídio Modesto da Silva, Ed. João Paulo II, Apto. 401, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT; Fazendo uso da palavra, o Presidente do Conselho, Senhor **ALAN FABIO PRADO ZANATTA**, já qualificado, assumiu os trabalhos e convidou a mim, **HELNY PAULA CAMPOS**, igualmente qualificado, para secretariá-lo, no que acedi, assim se constituindo a mesa. O Senhor Presidente do Conselho informou que na pauta da presente Reunião consta o seguinte assunto: **1) Renovação do Mandato do Diretor Técnico e Comercial.** Seguindo a ordem da pauta foi proposta a **recondução ao Cargo de Diretor Técnico e Comercial da Companhia Mato-grossense de Gás do Sr. MARCI AREIAS**, brasileiro, Engenheiro Químico, inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de São Paulo (CREA-SP) sob o número 0600429320, portador da cédula de identidade (RG) sob o nº 3090923, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o número 020.077.118-34, residente e domiciliado à Rua Alemanha, nº 777, Condomínio Santa Rosa, Casa nº 54, Bairro Santa Rosa, Cuiabá/MT, pelo período de 3 (três) anos, contados a partir do dia 03 de setembro de 2013. Posta em votação a recondução ao Cargo de Diretor Técnico e Comercial, foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros da Companhia Mato-grossense de Gás – MTGás. Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a reunião para lavratura da presente Ata. Reaberta a reunião, a presente Ata depois de lida e achada conforme, foi aprovada em todos os seus termos, sendo assinada por mim secretário e pelo Presidente da mesa.

Cuiabá (MT), 2 de setembro de 2013.

1º. OF.  
Cuiabá-MT

CARTÓRIO  
XAVIER DE MATOS

Alan Fabio Prado Zanatta  
Presidente

Helny Paula Campos  
Secretário







Diretoria Executiva	Função	Investido	Criação	Ato de Nomeação	Mandato	remuneração
	Diretor Presidente	Helny Paula Campos	Estatuto Social	Ata C.A. - 06/04/2009	12/04/2014 a 11/04/2017	12.500,00
	Diretor Administrativo e Financeiro	Jakeline Aparecida Moura	Estatuto Social	Ata C.A. - 01/04/2014	01/04/2014 a 31/03/2017	9.375,00
	Diretor Técnico e Comercial	Marci Areias	Estatuto Social	Ata C.A. - 01/09/2010	03/09/2014 a 02/09/2017	9.375,00



Diretoria Executiva	Função	Investido	Criação	Ato de Nomeação	Mandato	remuneração
	Diretor Presidente	Helny Paula Campos	Estatuto Social	Ata C.A. - 06/04/2009	12/04/2014 a 11/04/2017	12.500,00
	Diretor Administrativo e Financeiro	Jakeline Aparecida Moura	Estatuto Social	Ata C.A. - 01/04/2014	01/04/2014 a 31/03/2017	9.375,00
	Diretor Técnico e Comercial	Marci Areias	Estatuto Social	Ata C.A. - 01/09/2010	03/09/2014 a 02/09/2017	9.375,00





Diretoria Executiva	Função	Investido	Criação	Ato de Nomeação	Mandato	remuneração
	Diretor Presidente	Helny Paula Campos	Estatuto Social	Ata C.A. - 06/04/2009	12/04/2014 a 11/04/2017	12.500,00
	Diretor Administrativo e Financeiro	Jakeline Aparecida Moura	Estatuto Social	Ata C.A. - 01/04/2014	01/04/2014 a 31/03/2017	9.375,00
	Diretor Técnico e Comercial	Marci Areias	Estatuto Social	Ata C.A. - 01/09/2010	03/09/2014 a 02/09/2017	9.375,00



# Rendimentos MT

Transparência Pública em Gestão de Pessoas

Nome da Empresa: COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GAS - MTGAS							Referência: Mês/Ano: FEVEREIRO-2015		
NOME	CARGO	CLASSE /NÍVEL	COMISSÃO/FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	UNIODONTO	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	IMPOSTO DE RENDA	TOTAL LÍQUIDO
ADRIELE CRISTIANA RODRIGUES ALENCAR	ASSESSOR TÉCNICO DA PRESIDENCIA	0	ASSESSOR TÉCNICO	40 H	4.000,00	-	440,00	198,97	3.361,03
CAROLINE AMORIM TOCANTINS	ASSISTENTE DA DIRETORIA	0	ASSISTENTE	40 H	1.988,64	-	178,97	0,00	1.808,02
CLAUDIA DE GUSMÃO SIGNORELLI	AUXILIAR DA GERENCIA COMERCIAL	0	AUXILIAR DE GERENCIA	40 H	4.419,20	-	486,11	281,99	3.651,10
GABRIEL BELLO MORAES	GERENTE DE DESENVOLVIMENTO	0	GERENTE	40 H	4.971,60	22,00	513,01	359,79	4.076,80
GLEICE MORAIS DIAS	GERENTE DE RECURSOS HUMANOS	0	GERENTE	40 H	4.971,60	-	513,01	359,79	4.098,80
HELNY PAULA CAMPOS	DIRETOR PRESIDENTE	0	DIRETOR	40 H	12.500,00 + 3.750,00	-	513,01	R\$ 3.501,52	12.235,47
JAKELINE APARECIDA MOURA	DIRETORA ADM. E FINANCEIRO	0	DIRETOR	40 H	9.375,00	-	513,01	R\$ 1.561,48	7.300,51
JULIANO MUNIZ CALÇADA	ASSESSOR JURÍDICO	0	ASSESSOR	40 H	4.971,60	-	513,01	319,35	4.139,24
MARCI AREIAS	DIRETOR COMERCIAL	0	DIRETOR	40 H	9.375,00	-	513,01	R\$ 1.512,06	7.349,93
NAYARA STEPHANIE BATISTA VELASCO	GERENTE ADM. E FINANCEIRO	0	GERENTE	40 H	4.971,60	-	513,01	359,79	4.098,80
VANIA DA SILVA NUNES	CONSULTOR DE OPERAÇÕES E ENGENHARIA	0	CONSULTOR	40 H	5.468,76	19,58	513,01	536,68	4.349,82
ANGELA MARIA DA SILVA BASTOS ZUBA	CONSELHO FISCAL	0	CONSELHEIRO	0	1.250,00	-	0,00	0,00	1.250,00
JOÃO FLÁVIO BARBOSA SALES	CONSELHO FISCAL	0	CONSELHEIRO	0	1.250,00	-	0,00	0,00	1.250,00
SENERI KERNBEIS PALUDO	CONSELHO ADMINISTRATIVO	0	CONSELHEIRO	0	3.750,00	-	398,75	148,91	3.077,34
VINICIUS EDUARDO LIMA PIRES DE MIRANDA	CONSELHO ADMINISTRATIVO	0	CONSELHEIRO	0	3.750,00	-	398,75	148,91	3.077,34





# Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças



SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ

## FIP 226 – Demonstrativo de Restos a Pagar

\*Exercício igual a 2014

\*Data de Referência igual a 31/12/2014

\*Movimentação (1-Exercício Anterior / 2-Restos a Pagar do Exercício / 3-Ambos) igual a 3

Unidade Orçamentária igual a 17502

CREDOR		EMPENHO			PROCESSADOS				NÃO PROCESSADOS					
CÓDIGO	NOME	Nº DO EMPENHO	DATA	FUN/SUB/PRO/PROJ/NAT/FONTE	INSCRITO	PAGO	CANCELADO	A PAGAR	INSCRITO	PAGO	CANCELAD O	A PAGAR	EM LIQUIDAÇÃO	A LIQUIDAR
2008.03594-2	E-Sales Soluções de Integração Ltda	17502.0001.11.00138-4	15/08/2011	25.751.201.4156.33900000.643	0,00	0,00	0,00	0,00	606,76	0,00	0,00	0,00	0,00	606,76
TOTAL CREDOR: 2008.03594-2					0,00	0,00	0,00	0,00	606,76	0,00	0,00	0,00	0,00	606,76
2005.29217-0	Gnv/mt-transportes de Gas Natural Ltda	17502.0001.11.00081-7	07/04/2011	25.751.201.4156.33900000.643	0,00	0,00	0,00	0,00	1.310,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.310,50
TOTAL CREDOR: 2005.29217-0					0,00	0,00	0,00	0,00	1.310,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.310,50
2011.07601-8	Hauriely Aparecida da Silva Arruda	17502.0001.11.00178-3	08/11/2011	25.122.036.2008.31900000.643	0,00	0,00	0,00	0,00	140,52	0,00	140,52	0,00	0,00	0,00
		17502.0001.11.00179-1	08/11/2011	25.122.036.2008.31900000.643	0,00	0,00	0,00	0,00	356,64	0,00	356,64	0,00	0,00	0,00
TOTAL CREDOR: 2011.07601-8					0,00	0,00	0,00	0,00	497,16	0,00	497,16	0,00	0,00	0,00
2000.00909-7	Vivendas Locadora de Veiculos Ltda-me	17502.0001.11.00159-7	04/10/2011	25.122.036.2007.33900000.643	0,00	0,00	0,00	0,00	9.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.300,00
TOTAL CREDOR: 2000.00909-7					0,00	0,00	0,00	0,00	9.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.300,00
TOTAL EXERCÍCIOS ANTERIORES 2011					0,00	0,00	0,00	0,00	11.714,42	0,00	497,16	0,00	0,00	11.217,26

CREDOR		EMPENHO			PROCESSADOS				NÃO PROCESSADOS					
CÓDIGO	NOME	Nº DO EMPENHO	DATA	FUN/SUB/PRO/PROJ/NAT/FONTE	INSCRITO	PAGO	CANCELADO	A PAGAR	INSCRITO	PAGO	CANCELAD O	A PAGAR	EM LIQUIDAÇÃO	A LIQUIDAR
2003.04997-9	Instituto Assistência à Saúde Servidores Estado de Mato Grosso - MT Saúde	17502.0001.12.000180-1	07/12/2012	25.122.036.2008.31900000.643	118,91	118,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CREDOR: 2003.04997-9					118,91	118,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





# Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças



SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ

## FIP 226 – Demonstrativo de Restos a Pagar

\*Exercício igual a 2014

\*Data de Referência igual a 31/12/2014

\*Movimentação (1-Exercício Anterior / 2-Restos a Pagar do Exercício / 3-Ambos) igual a 3

Unidade Orçamentária igual a 17502

CREDOR		EMPENHO			PROCESSADOS				NÃO PROCESSADOS					
CÓDIGO	NOME	Nº DO EMPENHO	DATA	FUN/SUB/PRO/PROJ/NAT/FONTE	INSCRITO	PAGO	CANCELADO	A PAGAR	INSCRITO	PAGO	CANCELAD O	A PAGAR	EM LIQUIDAÇÃO	A LIQUIDAR
2000.00001-4	Tesouro Estadual	17502.0001.12.000115-1	14/06/2012	25.122.036.2008.319000000.643	25.922,42	25.922,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CREDOR: 2000.00001-4					25.922,42	25.922,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL EXERCÍCIOS ANTERIORES 2012					26.041,33	26.041,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CREDOR		EMPENHO			PROCESSADOS				NÃO PROCESSADOS					
CÓDIGO	NOME	Nº DO EMPENHO	DATA	FUN/SUB/PRO/PROJ/NAT/FONTE	INSCRITO	PAGO	CANCELADO	A PAGAR	INSCRITO	PAGO	CANCELAD O	A PAGAR	EM LIQUIDAÇÃO	A LIQUIDAR

UO: 17502 - COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS

UG: 17502.0001 - SEDE

2002.12827-1	Barros & Moraes Ltda - me	17502.0001.13.000198-1	04/12/2013	25.122.036.2007.339000000.301	0,00	0,00	0,00	0,00	133,10	133,10	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CREDOR: 2002.12827-1					0,00	0,00	0,00	0,00	133,10	133,10	0,00	0,00	0,00	0,00
2012.00639-0	F. L. Aguiar - ME	17502.0001.13.000203-1	03/12/2013	25.122.036.2007.339000000.301	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.140,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CREDOR: 2012.00639-0					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.140,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010.04693-1	Fanticheli & da Silva Costa Ltda	17502.0001.13.000209-9	05/12/2013	25.122.036.2007.339000000.301	0,00	0,00	0,00	0,00	424,00	424,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CREDOR: 2010.04693-1					0,00	0,00	0,00	0,00	424,00	424,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1995.00850-0	Instituto Nacional do Seguro Social	17502.0001.13.000210-2	23/12/2013	25.122.036.2008.319000000.643	0,00	0,00	0,00	0,00	22.181,22	22.181,22	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CREDOR: 1995.00850-0					0,00	0,00	0,00	0,00	22.181,22	22.181,22	0,00	0,00	0,00	0,00
2005.13555-0	M.T.M. Construções Ltda	17502.0001.13.000104-1	21/06/2013	25.122.036.2005.339000000.301	0,00	0,00	0,00	0,00	3.100,80	3.100,80	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CREDOR: 2005.13555-0					0,00	0,00	0,00	0,00	3.100,80	3.100,80	0,00	0,00	0,00	0,00
2005.29017-7	Original Papelaria e Serviços Ltda - ME	17502.0001.13.000196-3	04/12/2013	25.122.036.2007.339000000.301	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,80	0,00	0,00	0,00	0,00
		17502.0001.13.000211-0	30/12/2013	25.122.036.2007.339000000.301	0,00	0,00	0,00	0,00	366,00	366,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL EXERCÍCIOS ANTERIORES 2013					0,00	0,00	0,00	0,00	26.205,12	27.356,92	0,00	0,00	0,00	0,00





# Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças  
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOUREO ESTADUAL - SATE/SEFAZ



## FIP 226 – Demonstrativo de Restos a Pagar

\*Exercício igual a 2014

\*Data de Referência igual a 31/12/2014

\*Movimentação (1-Exercício Anterior / 2-Restos a Pagar do Exercício / 3-Ambos) igual a 3  
Unidade Orçamentária igual a 17502

CREDOR		EMPENHO			PROCESSADOS				NÃO PROCESSADOS					
CÓDIGO	NOME	Nº DO EMPENHO	DATA	FUN/SUB/PRO/PROJ/NAT/FONTE	INSCRITO	PAGO	CANCELADO	A PAGAR	INSCRITO	PAGO	CANCELAD O	A PAGAR	EM LIQUIDAÇÃO	A LIQUIDAR

TOTAL EXERCÍCIOS ANTERIORES

26.041,33 26.041,33 0,00 0,00 14.490,70 27.356,92 497,16 0,00 0,00 11.217,26

CREDOR		EMPENHO			PROCESSADOS				NÃO PROCESSADOS					
CÓDIGO	NOME	Nº DO EMPENHO	DATA	FUN/SUB/PRO/PROJ/NAT/FONTE	INSCRITO	PAGO	CANCELADO	A PAGAR	INSCRITO	PAGO	CANCELAD O	A PAGAR	EM LIQUIDAÇÃO	A LIQUIDAR

UO: 17502 - COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS

UG: 17502.0001 - Sede

1995.00090-9	Caixa Econômica Federal	17502.0001.14.000221-8	05/12/2014	25.122.036.2008.319000000.243	11.601,51	0,00	0,00	11.601,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		17502.0001.14.000223-4	05/12/2014	25.122.036.2008.319000000.243	11.864,02	0,00	0,00	11.864,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		17502.0001.14.000224-2	22/12/2014	25.122.036.2008.319000000.243	856,62	0,00	0,00	856,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		17502.0001.14.000228-5	30/12/2014	25.122.036.2008.319000000.243	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	0,00	0,00	0,00	800,00
		TOTAL CREDOR: 1995.00090-9				24.322,15	0,00	0,00	24.322,15	800,00	0,00	0,00	0,00
1995.00130-1	Centrais Elétricas Matogrossenses S/A	17502.0001.14.000173-4	11/09/2014	25.122.036.2007.339000000.243	890,53	0,00	0,00	890,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		17502.0001.14.000212-9	05/12/2014	25.122.036.2007.339000000.243	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
		17502.0001.14.000213-7	05/12/2014	25.122.036.2007.339000000.243	0,00	0,00	0,00	0,00	742,53	0,00	0,00	0,00	742,53
		TOTAL CREDOR: 1995.00130-1				890,53	0,00	0,00	890,53	1.942,53	0,00	0,00	0,00
2003.07206-7	Condominio Edificio American Business Center	17502.0001.14.000163-7	20/08/2014	25.122.036.2005.339000000.243	1.204,70	0,00	0,00	1.204,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		TOTAL CREDOR: 2003.07206-7				1.204,70	0,00	0,00	1.204,70	0,00	0,00	0,00	0,00
2005.27378-7	Deolino Alves da Silva Neto	17502.0001.14.000226-9	22/12/2014	25.122.036.2008.319000000.243	26.531,26	0,00	0,00	26.531,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CREDOR: 2005.27378-7					26.531,26	0,00	0,00	26.531,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2007.01825-4	ECOLOGICA Serviços TECNICOS Ltda	17502.0001.14.000193-9	13/10/2014	25.122.036.2007.339000000.243	0,00	0,00	0,00	0,00	5.096,00	0,00	0,00	0,00	5.096,00
		TOTAL CREDOR: 2007.01825-4				0,00	0,00	0,00	0,00	5.096,00	0,00	0,00	0,00

CEPROMAT

10/03/2015 10:34

nayvelasco

Página: 3 de 7





Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ



FIP 226 – Demonstrativo de Restos a Pagar

\*Exercício igual a 2014

\*Data de Referência igual a 31/12/2014

\*Movimentação (1-Exercício Anterior / 2-Restos a Pagar do Exercício / 3-Ambos) igual a 3

Unidade Orçamentária igual a 17502

CREDOR		EMPENHO			PROCESSADOS				NÃO PROCESSADOS					
CÓDIGO	NOME	Nº DO EMPENHO	DATA	FUN/SUB/PRO/PROJ/NAT/FONTE	INSCRITO	PAGO	CANCELADO	A PAGAR	INSCRITO	PAGO	CANCELADO	A PAGAR	EM LIQUIDAÇÃO	A LIQUIDAR
2008.03594-2	E-Sales Soluções de Integração Ltda	17502.0001.14.000162-9	12/08/2014	25.126.036.2009.339000000.243	0,00	0,00	0,00	0,00	1.549,38	0,00	0,00	0,00	0,00	1.549,38
TOTAL CREDOR: 2008.03594-2					0,00	0,00	0,00	0,00	1.549,38	0,00	0,00	0,00	0,00	1.549,38
2005.27845-2	Gasocidente do Mato Grosso Ltda.	17502.0001.14.000082-7	22/04/2014	25.122.036.2007.339000000.243	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
		17502.0001.14.000086-1	29/04/2014	25.122.036.2007.339000000.243	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
		17502.0001.14.000115-7	29/05/2014	25.122.036.2007.339000000.243	1.200,49	0,00	0,00	1.200,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		17502.0001.14.000149-1	22/07/2014	25.122.036.2007.339000000.243	2.292,07	0,00	0,00	2.292,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		17502.0001.14.000180-7	22/09/2014	25.122.036.2007.339000000.243	1.777,41	0,00	0,00	1.777,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		17502.0001.14.000195-5	22/10/2014	25.122.036.2007.339000000.243	833,97	0,00	0,00	833,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CREDOR: 2005.27845-2					6.103,94	0,00	0,00	6.103,94	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
1995.00850-0	Instituto Nacional do Seguro Social	17502.0001.14.000211-0	05/12/2014	25.122.036.2008.319000000.243	30.175,11	0,00	0,00	30.175,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		17502.0001.14.000220-1	05/12/2014	25.122.036.2008.319000000.243	9.266,95	0,00	0,00	9.266,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CREDOR: 1995.00850-0					39.442,06	0,00	0,00	39.442,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2007.00664-7	Luasi Papeis e Livros Ltda me	17502.0001.14.000203-1	03/11/2014	25.122.036.2007.339000000.243	0,00	0,00	0,00	0,00	848,12	0,00	0,00	0,00	0,00	848,12
TOTAL CREDOR: 2007.00664-7					0,00	0,00	0,00	0,00	848,12	0,00	0,00	0,00	0,00	848,12
1992.00002-9	Ministério da Fazenda	17502.0001.14.000220-1	05/12/2014	25.122.036.2008.319000000.243	11.306,21	0,00	0,00	11.306,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CREDOR: 1992.00002-9					11.306,21	0,00	0,00	11.306,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2005.13555-0	M.T.M. Construções Ltda	17502.0001.14.000063-0	07/04/2014	25.122.036.2005.339000000.243	0,00	0,00	0,00	0,00	3.100,80	0,00	0,00	0,00	0,00	3.100,80
		17502.0001.14.000170-1	05/09/2014	25.122.036.2005.339000000.243	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00
TOTAL CREDOR: 2005.13555-0					0,00	0,00	0,00	0,00	6.900,80	0,00	0,00	0,00	0,00	6.900,80
2002.17431-1	OI S.A.	17502.0001.14.000198-1	22/10/2014	25.122.036.2007.339000000.243	0,00	0,00	0,00	0,00	5.143,75	0,00	0,00	0,00	0,00	5.143,75
		17502.0001.14.000209-9	21/11/2014	25.122.036.2007.339000000.243	0,00	0,00	0,00	0,00	920,00	0,00	0,00	0,00	0,00	920,00
TOTAL CREDOR: 2002.17431-1					0,00	0,00	0,00	0,00	6.063,75	0,00	0,00	0,00	0,00	6.063,75
1995.00405-0	Prefeitura Municipal de Cuiabá	17502.0001.14.000148-3	18/07/2014	25.122.036.2007.339000000.243	108,26	0,00	0,00	108,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CREDOR: 1995.00405-0					108,26	0,00	0,00	108,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





# Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOUREO ESTADUAL - SATE/SEFAZ



## FIP 226 – Demonstrativo de Restos a Pagar

\*Exercício igual a 2014

\*Data de Referência igual a 31/12/2014

\*Movimentação (1-Exercício Anterior / 2-Restos a Pagar do Exercício / 3-Ambos) igual a 3

Unidade Orçamentária igual a 17502

CREDOR		EMPENHO			PROCESSADOS				NÃO PROCESSADOS					
CÓDIGO	NOME	Nº DO EMPENHO	DATA	FUN/SUB/PRO/PROJ/NAT/FONTE	INSCRITO	PAGO	CANCELADO	A PAGAR	INSCRITO	PAGO	CANCELADO	A PAGAR	EM LIQUIDAÇÃO	A LIQUIDAR
1993.00027-8	Secretaria de Estado de Fazenda	17502.0001.14.000210-2	05/12/2014	28.846.996.8039.339100000.243	22.133,92	0,00	0,00	22.133,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CREDOR: 1993.00027-8					22.133,92	0,00	0,00	22.133,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2011.05895-8	Support Locação de Mão de Obra, Adm. de Serviços e Comercio Ltda- ME	17502.0001.14.000062-2	04/04/2014	25.122.036.2005.339000000.243	0,00	0,00	0,00	0,00	2.029,30	0,00	0,00	0,00	0,00	2.029,30
		17502.0001.14.000081-9	22/04/2014	25.122.036.2005.339000000.243	0,00	0,00	0,00	0,00	2.029,30	0,00	0,00	0,00	0,00	2.029,30
		17502.0001.14.000148-3	18/07/2014	25.122.036.2007.339000000.243	2.056,99	0,00	0,00	2.056,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CREDOR: 2011.05895-8					2.056,99	0,00	0,00	2.056,99	4.058,60	0,00	0,00	0,00	0,00	4.058,60
2005.21727-5	Uniodonto Mato Grosso Cooperativa de Trabalho Odontológico Ltda	17502.0001.14.000220-1	05/12/2014	25.122.036.2008.319000000.243	41,58	0,00	0,00	41,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CREDOR: 2005.21727-5					41,58	0,00	0,00	41,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2000.00909-7	Vivendas Locadora de Veiculos Ltda-me	17502.0001.14.000192-0	10/10/2014	25.122.036.2007.339000000.243	3.798,74	0,00	0,00	3.798,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CREDOR: 2000.00909-7					3.798,74	0,00	0,00	3.798,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL UG: 17502.0001					137.940,34	0,00	0,00	137.940,34	36.259,18	0,00	0,00	0,00	0,00	36.259,18
TOTAL UO: 17502					137.940,34	0,00	0,00	137.940,34	36.259,18	0,00	0,00	0,00	0,00	36.259,18
TOTAL DO EXERCÍCIO					137.940,34	0,00	0,00	137.940,34	36.259,18	0,00	0,00	0,00	0,00	36.259,18
TOTAL GERAL:					163.981,67	26.041,33	0,00	137.940,34	21.768,48	27.356,92	497,16	0,00	0,00	47.476,44



# Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOIRO ESTADUAL - SATE/SEFAZ



## FIP 226 – Demonstrativo de Restos a Pagar

\*Exercício igual a 2014

\*Data de Referência igual a 31/12/2014

\*Movimentação (1-Exercício Anterior / 2-Restos a Pagar do Exercício / 3-Ambos) igual a 3

Unidade Orçamentária igual a 17502

### RESUMO GERAL

RESTOS A PAGAR - PROCESSADO			RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADO		
Inscritos/Fonte	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Inscritos/Fonte	Exercícios Anteriores	Do Exercício
243	0,00	137.940,34	243	0,00	36.259,18
301	0,00	0,00	301	4.023,90	0,00
643	26.041,33	0,00	643	10.466,80	0,00
Total Inscrito	26.041,33	137.940,34	Total Inscrito	14.490,70	36.259,18
1) Pago/Fonte	Exercícios Anteriores	Do Exercício	1) Pago/Fonte	Exercícios Anteriores	Do Exercício
243	0,00	0,00	243	0,00	0,00
301	0,00	0,00	301	5.175,70	0,00
643	26.041,33	0,00	643	22.181,22	0,00
Total Pago	26.041,33	0,00	Total Pago	27.356,92	0,00
2) Cancelado/Fonte	Exercícios Anteriores	Do Exercício	2) Cancelado/Fonte	Exercícios Anteriores	Do Exercício
243	0,00	0,00	243	0,00	0,00
301	0,00	0,00	301	0,00	0,00
643	0,00	0,00	643	497,16	0,00
Total Cancelado	0,00	0,00	Total Cancelado	497,16	0,00
3) A Pagar/Fonte	Exercícios Anteriores	Do Exercício	3) A Pagar/Fonte	Exercícios Anteriores	Do Exercício
243	0,00	137.940,34	243	0,00	0,00
301	0,00	0,00	301	0,00	0,00
643	0,00	0,00	643	0,00	0,00
Total a Pagar	0,00	137.940,34	Total a Pagar	0,00	0,00
4) A Liquidar/Fonte	Exercícios Anteriores	Do Exercício	4) A Liquidar/Fonte	Exercícios Anteriores	Do Exercício
243	0,00	36.259,18	243	0,00	36.259,18





**FIP 226 – Demonstrativo de Restos a Pagar**

\*Exercício igual a 2014

\*Data de Referência igual a 31/12/2014

\*Movimentação (1-Exercício Anterior / 2-Restos a Pagar do Exercício / 3-Ambos) igual a 3

Unidade Orçamentária igual a 17502

301	0,00	0,00
643	11.217,26	0,00
Total a Liquidar	11.217,26	36.259,18

5) Em Liquidação/Fonte	Exercícios Anteriores	Do Exercício
243	0,00	0,00
301	0,00	0,00
643	0,00	0,00
Total em Liquidação	0,00	0,00



# Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças



SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ

## FIP 227 - Demonstrativo de Despesas a Pagar do Exercício Atual

Exercício igual a 2014

\*Data de Referência igual a 31/12/2014

Unidade Orçamentária igual a 17502

\*Tipo de Relatório (1- Consolidado / 2- Sem Destaque / 3 - Destaque Concedido / 4 - Destaque Recebido ) igual a Consolidado

DOCUMENTOS DE EXECUÇÃO CONSOLIDADO									
CREDOR	NOME	EMPENHO	DATA	DESPESA	FONTES	EM LIQUIDACAO	A LIQUIDAR	LIQ. A PAGAR	
17502 - COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS									
17502.0001 - Sede									
1995004386	Agencia de Viagens Universal Ltda	17502.0001.14.000005-3	28/01/2014	339033000 243		0,00	10.000,00	0,00	
		17502.0001.14.000129-7	30/06/2014	339033000 243		0,00	5.004,00	0,00	
TOTAL CREDOR 1995.00438-6						0,00	15.004,00	0,00	
1995035346	Ararauna Turismo Ecologico Ltda	17502.0001.14.000130-0	30/06/2014	339033000 243		0,00	7.500,00	0,00	
TOTAL CREDOR 1995.03534-6						0,00	7.500,00	0,00	
1995000909	Caixa Econômica Federal	17502.0001.14.000223-4	05/12/2014	319013000 243		0,00	0,00	11.864,02	
		17502.0001.14.000224-2	22/12/2014	319013000 243	RP	0,00	0,00	856,62	
TOTAL CREDOR 1995.00090-9						0,00	0,00	12.720,64	
2000072066	Carimbos Mato Grosso Ltda	17502.0001.14.000098-3	12/05/2014	339039000 243		0,00	2.861,00	0,00	
TOTAL CREDOR 2000.07206-6						0,00	2.861,00	0,00	
1995001301	Centrais Elétricas Matogrossenses S/A	17502.0001.14.000208-0	21/11/2014	339039000 243		0,00	1.100,00	0,00	
		17502.0001.14.000212-9	05/12/2014	339039000 243		0,00	1.200,00	0,00	
		17502.0001.14.000213-7	05/12/2014	339039000 243	RP	0,00	900,00	0,00	
TOTAL CREDOR 1995.00130-1						0,00	3.200,00	0,00	
2003070781	Companhia Matogrossense de Gas	17502.0001.14.000138-6	10/07/2014	319011000 243		0,00	49.851,66	0,00	
		17502.0001.14.000220-1	05/12/2014	319011000 243		0,00	0,00	20.614,74	
TOTAL CREDOR 2003.07078-1						0,00	49.851,66	20.614,74	
2013042609	DEDEPLUS DEDETIZACAO LTDA - ME	17502.0001.14.000122-1	12/06/2014	339039000 243		0,00	7.180,81	0,00	
TOTAL CREDOR 2013.04260-9						0,00	7.180,81	0,00	
2005273787	Deolino Alves da Silva Neto	17502.0001.14.000226-9	22/12/2014	319011000 243		0,00	0,00	26.531,26	
TOTAL CREDOR 2005.27378-7						0,00	0,00	26.531,26	
2007018254	ECOLOGICA Serviços TECNICOS Ltda	17502.0001.14.000193-9	13/10/2014	339037000 243		0,00	5.096,00	0,00	
TOTAL CREDOR 2007.01825-4						0,00	5.096,00	0,00	
1995037411	Empresa Brasileira Correios Telegrafos	17502.0001.14.000090-8	29/04/2014	339039000 243		0,00	2.720,00	0,00	
		17502.0001.14.000169-6	29/08/2014	339039000 243		0,00	46,00	0,00	
TOTAL CREDOR 1995.03741-1						0,00	2.766,00	0,00	
2008035942	E-Sales Soluções de Integração Ltda	17502.0001.14.000162-9	12/08/2014	339039000 243		0,00	1.549,38	0,00	
TOTAL CREDOR 2008.03594-2						0,00	1.549,38	0,00	
2010046931	Fantichelli & da Silva Costa Ltda	17502.0001.14.000036-3	27/02/2014	339030000 243		0,00	65,70	0,00	
TOTAL CREDOR 2010.04693-1						0,00	65,70	0,00	
2013010626	FINATO & COSTA LTDA-ME	17502.0001.14.000032-0	27/02/2014	339030000 243		0,00	25,40	0,00	
TOTAL CREDOR 2013.01062-6						0,00	25,40	0,00	
2005278452	Gasocidente do Mato Grosso Ltda.	17502.0001.14.000055-1	19/03/2014	339092000 243		0,00	13.000,00	0,00	
		17502.0001.14.000082-7	22/04/2014	339039000 243		0,00	7.000,00	0,00	
		17502.0001.14.000083-5	22/04/2014	339092000 243	RP	0,00	3.000,00	0,00	
		17502.0001.14.000086-1	29/04/2014	339039000 243		0,00	2.000,00	0,00	
		17502.0001.14.000115-7	29/05/2014	339039000 243		0,00	0,00	1.200,49	





# Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças



SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ

## FIP 227 - Demonstrativo de Despesas a Pagar do Exercício Atual

Exercício igual a 2014

\*Data de Referência igual a 31/12/2014

Unidade Orçamentária igual a 17502

\*Tipo de Relatório (1- Consolidado / 2- Sem Destaque / 3 - Destaque Concedido / 4 - Destaque Recebido ) igual a Consolidado

DOCUMENTOS DE EXECUÇÃO CONSOLIDADO								
CREDOR	NOME	EMPENHO	DATA	DESPESA	FONTE	EM LIQUIDAÇÃO	A LIQUIDAR	LIQ. A PAGAR
		17502.0001.14.000149-1	22/07/2014	339039000 243		0,00	0,00	2.292,07
		17502.0001.14.000180-7	22/09/2014	339039000 243		0,00	0,00	1.777,41
		17502.0001.14.000195-5	22/10/2014	339039000 243		0,00	0,00	833,97
TOTAL CREDOR 2005.27845-2						0,00	25.000,00	6.103,94
1995008500	Instituto Nacional do Seguro Social	17502.0001.14.000139-4	10/07/2014	319013000 243		0,00	45.000,00	0,00
		17502.0001.14.000211-0	05/12/2014	319013000 243		0,00	0,00	30.175,11
TOTAL CREDOR 1995.00850-0						0,00	45.000,00	30.175,11
2012053828	KLX COMÉRCIO DE ARTIGOS DE	17502.0001.14.000029-0	27/02/2014	339030000 243		0,00	7,60	0,00
TOTAL CREDOR 2012.05382-8						0,00	7,60	0,00
2007006647	Luasi Papéis e Livros Ltda me	17502.0001.14.000203-1	03/11/2014	339030000 243		0,00	848,12	0,00
TOTAL CREDOR 2007.00664-7						0,00	848,12	0,00
2010046336	Marmeleiro Auto Posto Ltda	11101.0001.14.000284-1	02/01/2014	339030000 243		0,00	6.103,45	183,48
TOTAL CREDOR 2010.04633-6						0,00	6.103,45	183,48
2005135550	M.T.M. Construções Ltda	17502.0001.14.000063-0	07/04/2014	339039000 243		0,00	3.100,80	0,00
		17502.0001.14.000113-0	22/05/2014	339039000 243		0,00	190,97	0,00
		17502.0001.14.000170-1	05/09/2014	339039000 243		0,00	3.800,00	0,00
TOTAL CREDOR 2005.13555-0						0,00	7.091,77	0,00
2002174311	OI S.A.	17502.0001.14.000198-1	22/10/2014	339039000 243		0,00	5.143,75	0,00
		17502.0001.14.000209-9	21/11/2014	339039000 243		0,00	920,00	0,00
TOTAL CREDOR 2002.17431-1						0,00	6.063,75	0,00
2012072571	Realce Comercio de Materiais e Artigos de	17502.0001.14.000028-2	27/02/2014	339030000 243		0,00	103,25	0,00
TOTAL CREDOR 2012.07257-1						0,00	103,25	0,00
2011043985	Saga Com e Serv Tecnologia e Informática	11101.0001.14.000321-8	02/01/2014	339039000 243		0,00	58,78	0,00
TOTAL CREDOR 2011.04398-5						0,00	58,78	0,00
1993000278	Secretaria de Estado de Fazenda	17502.0001.14.000210-2	05/12/2014	339147000 243		0,00	0,00	22.133,92
TOTAL CREDOR 1993.00027-8						0,00	0,00	22.133,92
2011058958	Support Locação de Mão de Obra, Adm. de	17502.0001.14.000062-2	04/04/2014	339037000 243		0,00	2.029,30	0,00
		17502.0001.14.000081-9	22/04/2014	339037000 243		0,00	2.029,30	0,00
		17502.0001.14.000108-4	20/05/2014	339037000 243		0,00	4.058,60	0,00
		17502.0001.14.000148-3	18/07/2014	339037000 243		0,00	11.895,50	2.165,25
TOTAL CREDOR 2011.05895-8						0,00	20.012,70	2.165,25
2011001379	Suprema Comércio e Representações Ltda	17502.0001.14.000034-7	27/02/2014	339030000 243		0,00	4,44	0,00
TOTAL CREDOR 2011.00137-9						0,00	4,44	0,00
2009043248	UNIVERSO ASSESSORIA EMPRESARIAL E	17502.0001.14.000085-1	29/04/2014	339039000 243		0,00	7.875,00	0,00
		17502.0001.14.000160-2	01/08/2014	339039000 243		0,00	4.875,00	0,00
TOTAL CREDOR 2009.04324-8						0,00	12.750,00	0,00
2007041167	Versátil Solução Empresarial Ltda - me	17502.0001.14.000022-3	24/02/2014	339039000 243		0,00	650,00	0,00
		17502.0001.14.000087-8	30/04/2014	339039000 243		0,00	1.300,00	0,00





# Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ



## FIP 227 - Demonstrativo de Despesas a Pagar do Exercício Atual

Exercício igual a 2014

\*Data de Referência igual a 31/12/2014

Unidade Orçamentária igual a 17502

\*Tipo de Relatório (1- Consolidado / 2- Sem Destaque / 3 - Destaque Concedido / 4 - Destaque Recebido ) igual a Consolidado

DOCUMENTOS DE EXECUÇÃO CONSOLIDADO										
CREDOR	NOME	EMPENHO	DATA	DESPESA	FONTE	EM LIQUIDAÇÃO	A LIQUIDAR	LIQ. A PAGAR		
TOTAL CREDOR 2007.04116-7							0,00	1.950,00		0,00
2000009097	Vivendas Locadora de Veículos Ltda-me	17502.0001.14.000105-1	19/05/2014	339039000	243	0,00	1,00		0,00	
		17502.0001.14.000192-0	10/10/2014	339039000	243	0,00	0,00		3.798,74	
TOTAL CREDOR 2000.00909-7							0,00	1,00		3.798,74
TOTAL DA EXECUÇÃO CONSOLIDADA, POR FONTE DE RECURSO UG 17502.0001										
Fonte de Recurso 243							0,00	220.094,81		124.427,08
TOTAL UG 17502.0001							0,00	220.094,81		124.427,08
TOTAL DA EXECUÇÃO CONSOLIDADA, POR FONTE DE RECURSO UO 17502										
Fonte de Recurso 243							0,00	220.094,81		124.427,08
TOTAL UO 17502							0,00	220.094,81		124.427,08
TOTAL DA EXECUÇÃO CONSOLIDADA, POR FONTE DE RECURSO GERAL UO 17502										
Fonte de Recurso 243							0,00	220.094,81		124.427,08
TOTAL GERAL UO 17502							0,00	220.094,81		124.427,08
TOTAL GERAL							0,00	220.094,81		124.427,08





Secretaria de Controle Externo  
Conselheiro Antonio Joaquim  
Telefone: 3613-7173 / 7175  
e-mail: relatoria\_ajoaquim@tce.mt.gov.br

OFÍCIO/AUDITOR/Nº 02/2014

Cuiabá, 27 de fevereiro de 2015.

Para: **Companhia Mato-grossense de Gás – MT GÁS**

Sr. Contador / Controlador Interno

De acordo com a determinação do Conselheiro Antônio Joaquim, Relator das Contas Anuais de Companhia Matogrossense de Gás – MT GÁS do exercício de 2014, para realizar o Relatório Técnico referente à análise de gestão, solicita-se, a disponibilização das documentações abaixo relacionadas para subsidiar os nossos trabalhos. Informando que essa relação não é exaustiva, podendo outros documentos serem solicitados posteriormente.

Ressalta-se que as informações referem-se ao período de janeiro a dezembro de 2014. Além disso, a documentação deverá ser disponibilizada conforme quadro a seguir, fazendo referência a essa numeração.

CONTAS DE GESTÃO	
<b>A</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>
A1	Gestores responsáveis pelas contas, com atos de nomeação, indicados por período
A2	Contador responsável, com ato de nomeação e indicação do vínculo funcional
A3	Controlador Interno, com ato de nomeação e indicação de vínculo funcional
A4	Responsável pela área jurídica, com ato de nomeação e indicação do vínculo funcional
A5	Presidente e membros das comissões de licitação com atos de nomeação de 2013 e 2014
A6	Fiscais dos contratos e respectivo ato de nomeação
A7	Regimento Interno
<b>B</b>	<b>PROCESSOS DE DESPESAS</b>

DTT  
DR JULIANO  
Nº 02/2015  
CPA 04/03/2015  
Helmy Paula Campos  
Diretor - Presidente - MTGás





Secretaria de Controle Externo

Conselheiro Antonio Joaquim

Telefone: 3613-7173 / 7175

e-mail: relatoria\_ajoaquim@tce.mt.gov.br

## CONTAS DE GESTÃO

B2	a) faturas de energia elétrica, b) faturas de água, c) faturas de telefonia fixa, d) faturas de telefonia móvel, e) guias do Pasep, <i>feita</i> f) guias do INSS (prestador e patronal), g) guias relativa ao fundo previdenciário <i>feita</i> h) demais processos de pagamentos
B3	Relação dos suprimentos de fundo concedidos
B4	Relação de diárias
C	<b>LICITAÇÃO</b>
C3	Relação de licitações ocorridas em 2014, destacando a modalidade, objeto, licitantes, vencedor e valor; (inclusive dispensa e inexigibilidade) e contrato decorrente
C4	Editais e ata de julgamento das licitações
D	<b>CONTRATOS</b>
D5	Relação dos contratos firmados no exercício e aditivos. Deve constar na relação: contratado, objeto, valor, vigência, origem (nº da licitação ou dispensa e/ou inexigibilidade), com indicação do representante da Administração que acompanha e fiscaliza o respectivo contrato <i>OK - Mi Ko ela</i>
D6	Relação dos contratos de exercícios anteriores vigentes e aditivos. Deve constar na relação: contratado, objeto, valor, vigência, origem. <i>mi Ko ela</i>
D7	Contratos em meio digital
E	<b>CONVÊNIOS</b>
E8	Relação dos convênios concedidos firmados no exercício e aditivos: conveniado, objeto, valor, vigência, origem.
E9	Relação dos convênios de exercícios anteriores vigentes e aditivos. Deve constar na relação: conveniado, objeto, valor, vigência, origem.
E10	Termos de convênios em meio digital, incluindo a aprovação





Secretaria de Controle Externo  
Conselheiro Antonio Joaquim  
Telefone: 3613-7173 / 7175  
e-mail: relatoria\_ajoaquim@tce.mt.gov.br

CONTAS DE GESTÃO	
<b>F</b>	<b>ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS</b>
F11	Comprovante de recolhimento e pagamento da contribuição patronal ao INSS e fundo previdenciário
F12	Comprovante de recolhimento e pagamento da contribuição dos segurados ao INSS e fundo previdenciário
F13	Instrumento normativo de parcelamento referente aos encargos previdenciários, se houver
<b>G</b>	<b>RESTOS A PAGAR</b>
G14	Relação de restos a pagar cancelados e a autorização para o cancelamento
G15	Relatório sintético de pagamentos de restos a pagar, demonstrando a data da inscrição e data de pagamento
<b>H</b>	<b>BENS MÓVEIS E IMÓVEIS</b>
H16	Inventário físico financeiro dos bens móveis e imóveis
H17	Relação dos veículos próprios e locados, por locador, ambos com placa, marca, tipo
H18	Controle de custo de manutenção de veículos e equipamentos de forma individualizada
H19	Controle de abastecimento de veículos
H20	Relação de bens móveis e imóveis alienados e cópia de lei autorizativa
<b>I</b>	<b>SISTEMA DE CONTROLE INTERNO</b>
I21	Normas e procedimentos de controle interno, inclusive normatização de rotinas e procedimentos do Gerenciamento, Controle do Uso e Locação da Frota e dos Equipamentos
I22	Relatório de atividades/relatório de auditoria (ou outro documento que comprove sua atuação). Tais relatórios evidenciam as amostras analisadas de processos (despesas, licitações, etc.) mostrando as irregularidades e a sua comunicação ao setor responsável e ao gestor para providências.





Secretaria de Controle Externo  
Conselheiro Antonio Joaquim  
Telefone: 3613-7173 / 7175  
e-mail: relatoria\_ajoaquim@tce.mt.gov.br

CONTAS DE GESTÃO	
	Plano de Implantação de Conselho Estadual de Transporte, seu Regimento Interno e Atas das Reuniões
J	<b>CRONOGRAMA DE CUMPRIMENTO DA NOVA CONTABILIDADE</b>
J21	Cronograma de Implantação das Novas Regras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
H	<b>CRONOGRAMA DE CUMPRIMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO</b>
H22	Cronograma para implantação da Lei de Acesso a Informação (art. 5º da RN TCE nº 25/2012, atualizada pela RN TCE nº 14/2013)
H23	Endereço, descrição e foto da unidade (estruturada fisicamente) responsável pelo recebimento, processamento e gerenciamento das solicitações de acesso à informação (Sistema de Informação ao Cidadão)
H24	Endereço do site do "Portal da Transparência" (página de internet) contendo as informações relacionadas no Anexo Único da RN TCE nº 14/2013

Solicita-se que, caso nos setores específicos não sejam encontrados tais documentos, seja elaborado uma **Declaração**, para cada item acima, por parte do responsável, informando o motivo do não atendimento a este ofício. Qualquer dúvida entrar em contato pelo email [raquely@superig.com.br](mailto:raquely@superig.com.br), [soraia@tce.gov.br](mailto:soraia@tce.gov.br) e [juliocesardasilva500@gmail.com](mailto:juliocesardasilva500@gmail.com)

Certos de vosso atendimento, aguarda-se as vossas providências.

  
**SORAIA VICUNAN SOUZA NUNES**  
Técnico de Controle Público Externo

  
**JULIO CESAR DA SILVA**  
Técnico de Controle Público Externo





Secretaria de Controle Externo  
Conselheiro Antonio Joaquim  
Telefone: 3613-7173 / 7175  
e-mail: relatoria\_ajoaquim@tce.mt.gov.br

**RAQUEL JORGE**  
Auditor Público Externo



# ESTADO DE MATO GROSSO

## AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE/MT

Decreto 2067/2009 de 11.08.2009

**Disciplina a utilização, a aquisição, o cadastramento, a identificação, o controle, a gestão e o licenciamento dos veículos, oficiais e auxiliares, dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, incisos III e V, da Constituição Estadual,

DECRETA:

### TÍTULO I

#### Das disposições Gerais

Art. 1º Este decreto disciplina a utilização, a aquisição, o cadastramento, a identificação, o controle, a gestão e o licenciamento dos veículos, oficiais e auxiliares, dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º As atividades mencionadas no art. 1º do presente decreto serão coordenadas pela Secretaria de Estado de Administração.

Art. 3º Compete, ainda, à Secretaria de Estado de Administração, gerir o fornecimento e consumo de combustíveis e lubrificantes, locação de veículos, bem como os serviços de manutenção dos veículos oficiais, sem prejuízo da autonomia administrativa e financeira de cada órgão ou entidade.

Art. 4º Para fins deste decreto são considerados:

I – Veículos oficiais: veículos de propriedade ou posse dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso;

II – Veículos auxiliares: veículos que não são de propriedade do Estado de Mato Grosso, mas são utilizados, via contrato com a fornecedora de veículos, para que temporariamente façam parte da frota oficial do Estado e prestem serviços públicos sob a responsabilidade do condutor;

III – Servidor: todo aquele que presta serviços ao Estado, seja por meio da Administração Direta ou Indireta, investido em cargo efetivo ou em comissão, inclusive empregado público;

IV – Usuário: todo aquele, servidor ou não, que esteja em diligência oficial dentro dos veículos utilizados pelo Estado;

V – Condutor: servidor que realiza a condução do veículo com a devida autorização do representante máximo do órgão/entidade, desde que seja habilitado pelas normas nacionais para conduzir veículos de posse do governo do Estado de Mato Grosso.

Art. 5º Os veículos oficiais e veículos auxiliares serão classificados, quanto à sua utilização, nas seguintes categorias:

I – de representação; ou

II – de serviço.

Art. 6º Os veículos de representação serão aqueles de uso exclusivo das seguintes autoridades para o estrito desempenho de suas funções:

I – Governador do Estado;

II – Vice-Governador do Estado;

III – Secretários de Estado;

IV – Presidentes de autarquias e fundações públicas estaduais;

V – Procurador-Geral do Estado;

VI – Procurador-Geral da Defensoria Pública;

VII – Comandante-Geral da Polícia Militar;

VIII – Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros; e

IX – Delegado Geral da Polícia Civil.



Art. 7º São veículos de serviço aqueles utilizados nas seguintes atividades:

I – de segurança pública;

II – de saúde pública; e

III – de fiscalização.

§ 1º A Casa Militar poderá manter veículos de serviço destinados à segurança do Governador e Vice-Governador do Estado, bem como para o atendimento de autoridades e personalidades nacionais ou estrangeiras em visita ao Estado de Mato Grosso.

§ 2º As demais Secretarias e entidades poderão utilizar veículos de serviço para atender serviços específicos, mediante autorização do Secretário de Estado ou dirigente da entidade a que pertencerem.

## **CAPÍTULO I**

### **Da identificação**

Art. 8º Os veículos de serviço deverão conter pintura ou adesivo que os identifiquem, informando o órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual ao qual pertencem.

Parágrafo único. Os veículos de serviço poderão não ser identificados em casos excepcionais e com a devida autorização do Secretário de Estado ou dirigente superior da entidade a que pertencerem.

## **CAPÍTULO II**

### **Da utilização**

Art. 9º Os veículos oficiais e auxiliares serão utilizados para prestação de serviços públicos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, vedada sua utilização em quaisquer outras circunstâncias.

Art. 10 Os veículos não poderão trafegar fora do horário de expediente das repartições públicas, salvo quando:

I – houver necessidade de prestação de serviços públicos;

II – se destinarem à segurança do Governador e Vice-Governador do Estado; e

III – para atendimento de autoridades e personalidades nacionais ou estrangeiras em visita ao Estado.

Art. 11 Os veículos oficiais e auxiliares serão recolhidos à garagem existente em cada órgão ou entidade.

§ 1º Na hipótese de inexistência de garagem, o responsável pelo veículo oficial deverá guardá-lo em estacionamento apropriado, resguardando-o de furtos ou roubos, assim como dos perigos mecânicos e das ameaças climáticas.

§ 2º É proibida a guarda de veículo oficial em garagem residencial, ressalvados os casos em que se fizer necessário para prestação de serviços públicos, condicionada à autorização do Secretário de Estado ou dirigente superior da entidade.

## **CAPÍTULO III**

### **Dos condutores**

Art. 12 O condutor de veículos oficiais e auxiliares deverá manter sua Carteira Nacional de Habilitação – CNH atualizada e apresentá-la sempre que solicitado.

Art. 13 Sempre que ocorrer a perda, o cancelamento ou a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação - CNH do condutor de veículo deverá respectivo fato ser comunicado ao setor responsável pela utilização dos veículos.

Art. 14 Os veículos deverão ser dirigidos por motoristas do respectivo quadro de carreira, que preencham as condições exigidas pelo Código de Trânsito Brasileiro.

Parágrafo único. Os agentes públicos do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, no interesse do serviço público e no exercício de suas próprias atribuições, poderão dirigir veículos oficiais e auxiliares, desde que possuidores da Carteira Nacional de Habilitação e devidamente autorizado pelo Secretário de Estado ou dirigente superior da entidade.

Art. 15 Deverá o condutor dirigir o veículo de forma adequada, dentro dos requisitos de segurança, observando rigorosamente a legislação de trânsito e devidamente habilitados, desde que observada a categoria da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, mediante assinatura "Termo de Responsabilidade para Condução de Veículos Oficiais e Auxiliares" - Anexo I, junto ao setor de Transportes.

Art. 16 Os condutores de veículos oficiais e auxiliares são responsáveis pelas avarias e pelas infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, decorrentes de atos praticados na direção dos veículos.

Parágrafo único. As multas de trânsito impostas a condutores de veículos oficiais e auxiliares serão encaminhadas ao órgão ou entidade de lotação do veículo para identificação do infrator e, se for o caso, para ser efetuado o desconto em folha de pagamento, nos limites da lei, obedecido os princípios constitucionais do contraditório e de ampla defesa.

Art. 17 Tendo sido provado que os danos e avarias decorreram de imprudência, negligência ou imperícia do condutor, o valor para o reparo do veículo oficial ou auxiliar poderá ser descontado em folha de pagamento.



mediante sua expressa autorização. Não havendo autorização do responsável para o referido desconto, a indenização será requerida judicialmente nos limites da lei, obedecido os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Art. 18 O setor responsável pela utilização dos veículos deverá:

I – certificar-se de que os condutores possuem Carteira Nacional de Habilitação na categoria compatível com a do veículo e providenciar autorização para os condutores que irão utilizar os veículos, bem como verificar junto à área de Recursos Humanos se não há restrição médica para condução de veículos;

II – efetuar controle sobre a vigência da Carteira Nacional de Habilitação do condutor autorizado;

III – fornecer veículos em perfeito estado de conservação e com toda documentação em ordem aos usuários dos veículos;

IV – manter controle, por meio de formulários atualizados, para obtenção de informações de forma rápida e precisa, a fim de assegurar a gestão dos veículos.

#### **CAPÍTULO IV** **Das penalidades de trânsito**

Art. 19 As multas e penalidades de trânsito aplicadas pelos órgãos competentes serão de inteira responsabilidade do condutor do veículo oficial e auxiliar no momento da autuação.

Art. 20 Se o condutor julgar necessário, poderá entrar com recurso de multa de trânsito junto ao órgão competente, sendo de sua inteira responsabilidade a elaboração e defesa do recurso.

Art. 21 Os recursos de multas de trânsito deverão ser acompanhados pelo setor responsável pela utilização dos veículos, que deverá informar ao setor a que o servidor esteja lotado sobre o resultado do julgamento.

Art. 22 Os valores apurados em decorrência de multas e avarias serão debitados em folha de pagamento, respeitadas as condições previstas na legislação vigente, desde que previamente autorizados pelo servidor ou após julgamento do competente processo administrativo.

Art. 23 Poderão os condutores dos veículos sofrer medidas administrativas e disciplinares, de acordo com a gravidade da multa, de seus atos na condução do veículo oficial e auxiliar e suas sucessivas reincidências, onde serão consideradas as condições operacionais e circunstanciais que resultaram na incorreta condução do veículo.

#### **CAPÍTULO V** **Da solicitação**

Art. 24 Deverá o usuário ou condutor solicitar o veículo com, no mínimo, 1 (um) dia útil de antecedência, agendando por telefone, por correio eletrônico ou pessoalmente no setor de veículos auxiliares, no horário de expediente.

Parágrafo único. Quando do recebimento do veículo deverá o usuário apresentar o formulário "Requisição de Veículo" - Anexo II, devidamente preenchido e assinado pelo responsável.

Art. 25 Deverá o usuário ou condutor comparecer no dia, horário e local de saída marcados para utilização do veículo, conforme solicitação.

Art. 26 Deverá o condutor do veículo:

I – preencher, regularmente, o formulário "Controle de Veículos" - Anexo III;

II – inspecionar, preenchendo o "Relatório de Verificação Diária" (check list) - Anexo IV, antes de movimentar o veículo, bem como verificar suas condições gerais e os itens de segurança, e se necessário providenciar o abastecimento;

III – comunicar, obrigatoriamente, ao setor de veículos as eventuais anomalias constatadas no veículo, quanto ao funcionamento, segurança, falta de qualquer equipamento obrigatório e outras ocorrências ou deficiências constatadas;

IV – devolver o veículo à unidade de origem ou ao setor de veículos no final de sua jornada de trabalho, juntamente com o "Controle de Veículos" – Anexo III;

V – acionar o setor responsável pela utilização dos veículos quando da ocorrência de pane mecânica ou de acidentes;

VI – observar, quando do abastecimento do veículo, se a bomba do posto de abastecimento está zerada e a quantidade de combustível abastecida, anotando-a no "Controle de Veículos" – Anexo III.

#### **CAPÍTULO VI** **Das competências**

Art. 27 Compete ao condutor e ao usuário do veículo:

I – no caso de autuação, crime ou acidente de trânsito deverá o condutor do veículo elaborar, independentemente de recurso, "Relatório Informativo" - Anexo V, no dia da ocorrência, descrevendo as condições da autuação, crime ou acidente e entregá-lo ao setor responsável pela utilização dos veículos;

II – receber do setor responsável pela utilização dos veículos a "Notificação de Penalidade de Multa à Infração de Trânsito" - Anexo VI, juntamente com o "Requerimento para recurso de multa de trânsito" - Anexo VII, se houver formulário de "Autorização para Desconto em Folha" - Anexo VIII, assinar a notificação de infração de trânsito



- transferindo os pontos reativos à penalidade para sua habilitação e anexando 1 (uma) cópia reprográfica de sua Carteira Nacional de Habilitação, respeitando o prazo de cinco dias para devolução, devendo ainda atender as condições abaixo:
- III – se acaso optar pela interposição de recurso, preencher o formulário “Requerimento para recurso de multa de trânsito” - Anexo VII, protocolar no setor responsável pela utilização dos veículos e aguardar o resultado do julgamento;
- IV – se optar pelo desconto do valor da multa, assinar a “Autorização para Desconto em Folha” - Anexo VIII e devolver ao Setor responsável pela utilização dos veículos.
- V – receber do setor responsável pela utilização dos veículos a “Notificação de Resultado de Recurso de Multa de Trânsito” - Anexo IX, e proceder, conforme o caso, respeitando o prazo de 05 (cinco) dias úteis para devolução e as orientações a seguir:
  - a) recurso deferido: assinar o formulário “Notificação de Resultado de Recurso de Multa de Trânsito” - Anexo IX, para ciência e devolver ao Setor responsável pela utilização dos veículos auxiliares;
  - b) recurso indeferido: se optar pelo desconto do valor da multa, assinar o formulário “Autorização para Desconto em Folha” - Anexo VIII e devolver ao Setor responsável pela utilização dos veículos.

Art. 28 Compete ao Setor responsável pela utilização dos veículos:

- I – emitir o “Termo de Responsabilidade para Condução de Veículos Oficiais e Auxiliares” - Anexo I, colher assinatura do servidor, após visto de ciência, e anexar uma cópia da Carteira Nacional de Habilitação;
- II – providenciar mensalmente, um relatório de custos, com dados referentes ao consumo e quilometragem dos veículos utilizados.
- III – controlar a utilização dos veículos oficiais e auxiliares;
- IV – controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes dos veículos oficiais e auxiliares; e
- V – organizar e manter atualizado o arquivo contendo os documentos de propriedade dos veículos oficiais e auxiliares, o valor de aquisição, o estado de conservação, relação das despesas ocorridas e demais informações que colaborem com o controle da frota.

Art. 29 Caberá ao Setor responsável pela utilização dos veículos:

- I – receber com antecedência de até um dia útil, a “Requisição de Veículo” - Anexo II, e verificar a possibilidade de atendimento;
- II – controlar, diariamente, as “Requisições de Veículos” – Anexo II, discriminando o tipo de serviço a ser executado;
- III – confirmar, com antecedência, ao solicitante, via telefone ou por correio eletrônico, a disponibilidade ou não de veículo, para que este possa utilizar-se de outra alternativa de locomoção;
- IV – inspecionar os veículos, no ato da entrega e da saída, verificando a existência de qualquer irregularidade e se foi preenchido de forma correta o “Relatório de Verificação Diária” (check list) - Anexo IV;
- V – substituir, mensalmente, nos veículos o formulário “Controle de Veículos” - Anexo III.

## **TÍTULO II**

### **Dos veículos oficiais**

#### **CAPÍTULO I**

#### **Do controle**

Art. 30 Os órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso deverão manter controle interno sobre a utilização dos veículos oficiais, através de arquivo contendo os documentos de propriedade dos veículos, o valor de aquisição, o estado de conservação e a relação das despesas ocorridas.

§ 1º O controle interno, sob o aspecto do estado de conservação, deverá ser feito anualmente, através do preenchimento, no mês de novembro, do Termo de Vistoria de Veículo Oficial – Anexo X.

§ 2º Os órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso deverão remeter à Secretaria de Estado de Administração, sempre que constatada a existência, relação dos veículos classificados como inservíveis, acompanhada dos respectivos Termo de Vistoria de Veículo Oficial - Anexo X.

#### **CAPÍTULO II**

#### **Do Custo Operacional**

Art. 31 Os órgãos e entidades deverão fazer a apuração do custo operacional dos veículos oficiais visando a identificar os passíveis de reparos (recuperáveis) e os antieconômicos ou irrecuperáveis (sucatas) comprovadamente alienáveis.

§ 1º Para os fins do caput deste artigo, o órgão ou entidade manterá o Mapa de Controle do Desempenho e Manutenção do Veículo Oficial de cada veículo- Anexo XI - atualizado mensalmente.

§ 2º A apuração prevista no caput deste artigo deverá se basear em critérios econômicos e técnicos, inclusive os relativos à proteção do meio ambiente.

#### **CAPÍTULO III**

#### **Das aquisições**

Art. 32 As aquisições de veículos oficiais deverão observar, além do procedimento licitatório correspondente, o preço de referência registrado pela Secretaria de Estado de Administração.

Art. 33 A aquisição de veículos, que implique aumento ou renovação de frota, deverá ser comunicada à Secretaria



de Estado de Administração, objetivando-se eventual reaproveitamento dos veículos considerados disponíveis.

#### **CAPÍTULO IV** **Do cadastramento**

Art. 34 Os órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso deverão efetuar o cadastramento dos veículos oficiais constantes no acervo do órgão ou entidade, mediante o preenchimento da Ficha Cadastro de Veículo Oficial -Anexo XII.

Parágrafo único. Os formulários deverão ser enviados à Secretaria de Estado de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias, para arquivamento.

Art. 35 O cadastro dos veículos deverá ser atualizado mensalmente ou sempre que ocorrer compra, cessão de uso, transferência, doação, alienação, permuta ou qualquer outra forma de transferência da posse ou propriedade, devendo os órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso procederem conforme o disposto no artigo anterior deste decreto.

Art. 36 Os órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso deverão comunicar à Secretaria de Estado de Administração, através da Superintendência de Patrimônio e Serviços, toda e qualquer alteração em sua frota de veículos oficiais.

#### **CAPÍTULO V** **Da identificação**

Art. 37 Os veículos de representação do Governador, Vice-Governador e Secretários de Estado, quando próprios, portarão placas especiais, de acordo com os modelos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

Art. 38 Os demais veículos de representação e os de serviço, quando próprios, portarão placas brancas, de acordo com os modelos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

Parágrafo único. Os veículos de serviço utilizados estritamente em atividades reservadas de caráter policial poderão usar placas particulares, nos termos do Art. 116 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 39 Os veículos oficiais portarão, obrigatoriamente, seu número de patrimônio afixado na coluna lateral esquerda do veículo, ressalvada a hipótese do parágrafo único do artigo anterior deste decreto.

Parágrafo único. Nos veículos oficiais em que não for possível afixar o número de patrimônio na coluna lateral esquerda, o mesmo deverá ser afixado em outro local visível do veículo.

#### **CAPÍTULO VI** **Do licenciamento**

Art. 40 Os órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso devem providenciar a renovação do licenciamento anual dos veículos oficiais em tempo hábil, obedecido ao calendário estabelecido pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/MT, bem como a quitação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres.

### **TÍTULO III** **Dos veículos auxiliares** **CAPÍTULO I** **Da utilização**

Art. 41 Todos os condutores deverão, obrigatoriamente, estar cientes das condições e exigências estabelecidas pela empresa locadora na condução de Veículos Auxiliares com o fim específico de que sejam devidamente cumpridas.

Art. 42 Qualquer benfeitoria a ser realizada no veículo auxiliar dependerá de prévia autorização do setor responsável pela utilização do veículo.

Art. 43 O remanejamento de veículos auxiliares entre as áreas de um mesmo órgão/entidade somente será realizado mediante autorização do encarregado do setor responsável pela utilização dos veículos.

Art. 44 No caso de reestruturação organizacional, ou ainda quando qualquer unidade detentora de veículos for extinta, os veículos deverão ser devolvidos ao setor responsável pela utilização dos veículos para sua imediata destinação.

#### **TÍTULO IV** **Das disposições finais**

Art. 45 Salvo para o atendimento de interesse público, é proibida a utilização de veículos oficiais ou auxiliares:



- I – para transporte a casas de diversões, supermercados, estabelecimentos comerciais e de ensino;
- II – em excursões ou passeios;
- III – no transporte de familiares dos agentes públicos; e
- IV – no transporte de pessoas estranhas ao serviço público.

Art. 46 É vedada aos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso a contratação, renovação ou prorrogação de contratos de transporte coletivo para a condução de servidores públicos de suas residências ao local de trabalho e vice-versa, salvo nos casos específicos de atendimento a unidades localizadas em áreas rurais de difícil acesso ou não servidas por transporte público, estando tais contratos condicionados à autorização governamental.

Art. 47 No perímetro urbano os órgãos e entidades do Poder Executivo, para atendimento de serviços específicos, deverão utilizar serviços de taxi, quando não tiverem veículos oficiais e auxiliares disponíveis para a prestação dos respectivos serviços.

Art. 48 Os dirigentes dos órgãos e entidades são responsáveis por apurar casos de descumprimento das normas deste decreto e adotar as devidas providências.

Art. 49 Os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, deverão disponibilizar aos seus servidores, pelo menos a cada três meses, as orientações relativas à utilização de veículos oficiais e auxiliares descritas neste decreto.

Art. 50 Aplicam-se as regras deste decreto aos veículos apreendidos pelos órgãos policiais e de fiscalização que temporariamente estejam sendo utilizados pela administração em decorrência de autorização judicial.

Art. 51 Fazem parte do presente decreto os Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII.

Art. 52 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Estado de Administração, mediante edição de instrução normativa.

Art. 53 Os veículos oficiais vendidos para particulares deverão ter suas baixas comunicada ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/MT pelos órgãos e entidades proprietários dos veículos, para fins da retirada da isenção do IPVA, bem como alteração de propriedade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a realização do evento.

Art. 54 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Art. 55. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 09, de 14 de janeiro de 2003.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 11 de agosto de 2009, 188º da Independência e 121º da República.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Estado de Indústria,  
Comércio, Minas e Energia  
Núcleo Socioeconômico - SOE

ANEXO I – DECRETO 2 067

**TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA  
CONDUTOR DE VEÍCULOS OFICIAIS E AUXILIARES**

Órgão/Entidade:  
Nome do Condutor:  
Matricula:  
CNH:  
CPF:  
RG:

Pelo Presente Termo, e tendo em vista a Autorização de me foi concedida, para conduzir os Veículos Oficiais e Auxiliares, que fazem parte da Frota Oficial do Estado, declaro que estou ciente das disposições determinas pelas Leis de Trânsito Brasileiras, da responsabilidade civil, penal e administrativa, pelo uso e guarda do veículo, devidamente orientado pelo Decreto Estadual nº. 2.067 de 11 de agosto de 2009.

Declaro ainda, ter ciência da responsabilidade sobre eventuais avarias e multas de trânsito decorrentes de infrações cometidas por minha pessoa, enquanto condutor do veículo, tanto para os casos de viagens dentro do Estado, bem como, em viagens fora do Estado, dentro da Capital e Região Metropolitana, e que estou devidamente orientado pela Legislação vigente.

Estando ciente e de acordo com as condições e disposições legais aqui postas, firmo o presente de livre e espontânea vontade, em duas vias de igual teor e forma.

Em, Cuiabá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

---

Assinatura do Condutor





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**

**ANEXO II**

Decreto Nº 2.067 de 11 de agosto de 2009

**REQUISIÇÃO DE VEÍCULO**

SETOR SOLICITANTE			
NOME DO USUÁRIO:		MATRÍCULA:	UNIDADE:
DESTINO:			
TIPO DE SERVIÇO A EXECUTAR:			
SETOR SOLICITANTE:		HORÁRIO:	DATA:
		_____:	____/____/____
TEMPO PREVISTO:	Nº OCUPANTES:	OBSERVAÇÕES:	ASSINATURA / CARIMBO ÁREA SOLICITANTE:
			AUTORIZAÇÃO Nº.:

SETOR DE VEÍCULOS			
VEÍCULO:	MOTORISTA:	REQUISIÇÃO RECEBIDA:	HORÁRIO
PLACA:			
REQUISIÇÃO ATENDIDA?		( ) NÃO - JUSTIFICATIVA DO NÃO ATENDIMENTO:	
( ) SIM			
SAÍDA _____:			
CHEGADA _____:			
ASSINATURA / CARIMBO:			
_____ / _____ / _____			

DOCUMENTO EMITIDO EM DUAS VIAS: 1ª VIA DO SETOR DE VEÍCULOS E 2ª VIA DO SETOR SOLICITANTE.



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**

**ANEXO III**

Decreto Nº. 2.067 de 11 de agosto de 2009

**CONTROLE DE VEÍCULOS**

MODELO/MARCA	PLACA
--------------	-------

MÊS / ANO
____ / ____

DIA	ODÔMETRO		HORÁRIO		ABASTECIMENTOS		VISTO/ASSINATURA	CPF
	INICIAL	FINAL	INICIAL	FINAL	KM	LITROS		
			:	:				
			:	:				
			:	:				
			:	:				
			:	:				
			:	:				
			:	:				
			:	:				
			:	:				
			:	:				
			:	:				
			:	:				
			:	:				





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS - MTGÁS  
ANEXO IV**

Decreto Nº 2.067 de 11 de agosto de 2009  
**RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DIÁRIA - CHECK LIST**

MODELO		PLACA		MÊS / ANO /																
STATUS		DIA	EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS										DOC.		AVARIAS		VISTOS			
			C		M		T		EX		E		VEÍCULO							
			S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	SE SIM, QUAL?	GESTOR DA FROTA	CPF	CONDUTOR
1	Saída																			
	Entrada																			
2	Saída																			
	Entrada																			
3	Saída																			
	Entrada																			
4	Saída																			
	Entrada																			
5	Saída																			
	Entrada																			
6	Saída																			
	Entrada																			

**LEGENDA: C = CHAVE DE RODA M = MACACO T = TRIÂNGULO EX = EXTINTOR E = ESTEPE**







**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS – MTGÁS**

**ANEXO VI**

Decreto Nº.2.067 de 11 de agosto de 2009

**NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA À INFRAÇÃO DE TRÂNSITO**

NOTIFICAÇÃO N.º

Preenchimento pelo Notificante

NOME:			
CPF:	RG:	Órgão Expedidor:	UF:

Fica a pessoa acima identificada notificada da Infração descrita logo abaixo, cientificando-o que tem o prazo de 05

(cinco) dias para atender as orientações do Decreto n.º \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

VEÍCULO:	PLACA:
ÓRGÃO/ENTIDADE:	LOTAÇÃO:
N.º DA INFRAÇÃO:	LOCAL DA INFRAÇÃO:
DATA DA INFRAÇÃO:	HORA DA INFRAÇÃO:
VALOR DA MULTA:	TIPO DE INFRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
Responsável pelo Setor de Veículos

Preenchimento pelo Notificado

Declaro que recebi a notificação n.º \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_. Aproveito ainda para informar, que caso

a infração descrita seja procedente, a pontuação referente a esta deverá ser transferida para a minha C.N.H, que

consta

anexa.

Apresentará recurso contra a infração?

(    ) Sim            (    ) Não

Nome do Condutor:

CPF:

RG:

---

Assinatura do Condutor

DOCUMENTO EMITIDO EM DUAS VIAS: 1ª VIA DO SETOR DE VEÍCULOS E 2ª VIA DO SETOR SOLICITANTE.





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS – MTGÁS

ANEXO VII

Decreto Nº. 2.067 de 11 de agosto de 2009

REQUERIMENTO PARA RECURSO DE MULTA DE TRÂNSITO

AO ILMO SENHOR RESPONSÁVEL PELO SETOR DE VEÍCULOS

EU,

NOME:			
CPF	RG	Residente a: RUA / AV	Nº
COMPL.	BAIRRO	CEP	MUNICÍPIO

CONDUTOR DO VEÍCULO	PLACA	MARCA	MODELO
Nº DA NOTIFICAÇÃO	DATA DA INFRAÇÃO	HORA DA INFRAÇÃO	LOCAL DA INFRAÇÃO

VENHO INTERPOR RECURSO, ALEGANDO EM MINHA DEFESA O SEGUINTE:


PELO EXPOSTO, REQUEIRO O ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO JULGADOR PARA QUE APRECIE OS FUNDAMENTOS INVOCADOS, COMO FOR DE DIREITO.

CUIABÁ, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO RECORRENTE



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS – MTGÁS**

**ANEXO VIII**

Decreto Nº. 2.067 de 11 de agosto de 2009

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA**

Nome do Condutor:

Matrícula:

CNH:

CPF:

RG:

Órgão/Entidade:

Conforme disposto no Decreto nº. \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009, autorizo o Governo do Estado de Mato Grosso, a descontar em minha folha de pagamento, o valor de R\$\_\_\_\_\_, referente ao pagamento da Infração Nº. \_\_\_\_\_ datada de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, por mim cometida.

Cuiabá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Condutor

DOCUMENTO EMITIDO EM DUAS VIAS: 1ª VIA DO SETOR DE VEÍCULOS E  
2ª VIA DO SETOR SOLICITANTE.





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS – MTGÁS**

Notificação N.:

**ANEXO IX**

Decreto N°. 2.067 de 11 de agosto de 2009

**Notificação de Resultado de Recurso de Multa de Trânsito**

Pelo presente termo, notificamos o Senhor(a) \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ e CNH: \_\_\_\_\_ que o resultado do recurso contra a Infração N.º \_\_\_\_\_ datada de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ fora o seguinte:

☐

Deferido

☐

Indeferido

Tendo ciência do resultado do recurso de multa de transito, firmo o compromisso de tomar todas as providências orientadas no Decreto n°. \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009.

Cuiabá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

\_\_\_\_\_  
Representante do Setor Responsável

\_\_\_\_\_  
Condutor Notificado



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

ANEXO X

TERMO DE VISTORIA DE VEÍCULO OFICIAL

Decreto nº 2.067 de agosto de 2009.

ÓRGÃO / ENTIDADE COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS

MARCA / MODELO TOYOTA/COROLLA GLI FLEX	COMBUSTÍVEL ETANOL/GASOLINA FLEX	CHASSI 9BRBL42E5C4710372	MOTOR
RENAVAM 338264248	COR PRETA	PLACA OAS 4940	ANO FAB./MOD 2011/2012
TEMPO DE USO 3 MESES	KM -----	VALOR DE AQUISIÇÃO <b>VEICULO LOCADO</b>	VALOR DE MERCADO -----

COVENÇÃO: ( B ) - BOM ( R ) - REGULAR ( I ) - IMPRESTÁVEL ( F ) - FALTANDO

	B	R	I	F		B	R	I	F		B	R	I	F
<b>1 - Motor</b>					Braços de Direção					Marcador de Óleo				
<b>2 - Alimentação</b>					<b>9 - Freios</b>					Marcador Temperatura				
Tanque Combustível					Estacionamento					Hodômetro				
Bomba de Gasolina					Marcha					<b>14 - Estofado / Forração</b>				
Carburador					<b>10 - Rodas</b>					Bancos Dianteiros				
Injetores					Aros					Bancos Traseiros				
Bomba Injetora					Pneus					Teto e Laterais				
Injeção Eletrônica					Estepe					Tapetes				
<b>3 - Arrefecimento</b>					<b>11 - Ignição</b>					<b>15 - Vidros</b>				
Sistema a Água					Chave					Dianteiro				
Sistema a Ar					Velas					Traseiro				
Tubos e Mangueiras					Bobina					Laterais				
<b>4 - Exaustão</b>					Distribuidor					Espelhos Retrovisores				
Tubos e Silenciosos					<b>12 - Equipamentos Elétricos</b>					<b>16 - Lataria</b>				
<b>5 - Transmissão</b>					Dinamo / Alternador					Portas				
Caixa de Mudanças					Bateria					Pára-Lamas				
Árvore de Transmissão					Motor de Partida					Pára-Choques				
Diferencial					Fiação					Capô				
<b>6 - Embreagem</b>					Regulador					Teto				
<b>7 - Suspensão</b>					Lanternas					<b>17 - Ferramentas</b>				
Eixo Dianteiro					Faróis					<b>18 - Extintor</b>				
Eixo Traseiro					Buzina					<b>19 - Triângulo</b>				
Molas					Sinaleira de Direção					<b>20 - Cinto de Segurança</b>				
Amortecedores					Limpador Para-Brisa					<b>21 - Para Sol</b>				
<b>8 - Direção</b>					<b>13 - Instrumentos</b>					<b>22 - Pintura</b>				
Volante					Velocímetro					<b>23 - Equip. de Segurança</b>				
Caixa de Direção					Marcador Combustível									

OUTRAS INFORMAÇÕES:

ESTADO GERAL: ( ) - OCIOSO ( ) - RECUPERÁVEL ( ) - ANTIECONÔMICO ( ) - IRRCUPERÁVEL

CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA LOCOMOÇÃO ? ( ) - SIM ( ) - NÃO

RESPONSÁVEL PELA VISTORIA:

LOCAL

DATA

ASSINATURA / CARIMBO





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**

01. - Nome do órgão ou entidade proprietário.
02. - Indicar: Marca (fabricante do veículo), modelo (Ex: Vectra, Corsa, Gol, Uno, etc) e as especificações adicionais, quando for o caso.
03. - Indicar o(s) tipo(s) de combustível.
04. - Número do CHASSI do veículo.
05. - Número do Motor.
06. - Número do RENAVAL.
07. - Cor predominante.
08. - Código alfanumérico da placa atual, quando for o caso.
09. - Ano de fabricação / ano do modelo do veículo.
10. - Tempo de uso, em anos, meses e dias (calcular com base na data de aquisição constante na ficha cadastro de veículo oficial - Anexo xxx e na data da vistoria).
11. - Número de quilômetros registrados no hodômetro total ao iniciar-se a vistoria.
12. - Valor de aquisição do veículo.
13. - Valor de mercado do veículo no dia da avaliação.
14. - Assinalar com "X" o retângulo correspondente ao estado de conservação dos componentes do veículo, segundo a convenção: ( B ) - BOM ( R ) - REGULAR ( I ) - IMPRESTÁVEL ( F ) - FALTANDO.
15. - Acrescentar informações relevantes em relação ao veículo.
16. - Assinalar com "X" o retângulo correspondente ao estado do veículo.
17. - Assinalar com "X" o retângulo correspondente se o veículo tem ou não condições adequadas para locomoção.
18. - Local, data, assinatura e carimbo do responsável pela vistoria.



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS**

**ANEXO XI**

**MAPA DE CONTROLE DO DESEMPENHO E MANUTENÇÃO DO VEÍCULO OFICIAL**

Decreto nº 2.067, de 11 de agosto de 2009.

<b>ÓRGÃO / ENTIDADE COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS</b>						<b>ANO: 2014</b>		
<b>MARCA / MODELO</b> PEUGEOT 206 PRESENC FLEX			<b>COMBUSTÍVEL</b> ETANOL/GASOLINA/GNV		<b>RENAVAM</b> 889513910	<b>MOTOR</b> 10DBTX0007288		
<b>CHASSI</b> 9362AN6A97B000483			<b>COR</b> PRETA		<b>PLACA</b> KAM 8416	<b>ANO FAB./MOD</b> 2006/2007		
<b>LOTAÇÃO</b> MTGÁS			<b>MUNICÍPIO</b> CUIABA					<b>UF</b> MT
<b>MÊS</b>	<b>KM RODADOS</b>  NO MÊS	<b>CONSUMO DE</b>  COMBUSTÍVEL EM LITROS	<b>MÉDIA KM</b> RODADO  P/ LITRO	<b>CONSUMO DE</b>  COMBUSTÍVEL EM R\$	<b>MANUTENÇÃO</b>  CONSERVAÇÃO	<b>REPAROS</b>	<b>TOTAL (R\$)</b>	<b>MÉDIA R\$/</b>  KM ROD
JANEIRO								
FEVEREIRO								
MARÇO								
ABRIL								
MAIO								
JUNHO								
JULHO								
AGOSTO								
SETEMBRO								
OUTUBRO								





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS**

NOVEMBRO							
DEZEMBRO							
<b>TOTAL</b>							

OBSERVAÇÕES:

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES

JAKELINE APARECIDA MOURA  
DIRETORA ADM. E FINANCEIRO

HELNY PAULA CAMPOS  
DIRETOR PRESIDENTE

LOCAL

DATA



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS**  
**INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO**

**ANEXO XI - MAPA DE CONTROLE DO DESEMPENHO E MANUTENÇÃO DO VEÍCULO OFICIAL**

01. - Nome do órgão ou entidade.
02. - Ano da realização do controle.
03. - Indicar: Marca (fabricante do veículo), Modelo (Ex: Vectra, Corsa, Gol, Uno etc) e as especificações adicionais, quando for o caso.
04. - Indicar o(s) tipo(s) de combustível.
05. - Código do RENAVAL.
06. - Número do Motor.
07. - Número do CHASSI do veículo.
08. - Cor predominante.
09. - Código alfanumérico da placa atual, quando for o caso.
10. - Ano de fabricação / ano do modelo do veículo.
11. - Setor ou Unidade onde o veículo está lotado.
12. - Nome do município onde está localizado o veículo.
13. - Sigla da Unidade da Federação na qual estava localizado o veículo.
14. - Número de quilômetros rodados no mês.
15. - Quantidade de litros de combustível consumidos no mês.
16. - Média de quilômetros rodados por litro de combustível, no mês (número de quilômetros rodados/litros de combustível consumidos).
17. - Quantia gasta em R\$ com combustível no mês
18. - Quantia gasta com manutenção /conservação no mês (óleo lubrificante, manutenção de rotina).
19. - Quantia gasta com reparos no mês (avarias).





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS**

20. - Quantia total gasta com combustível, manutenção/conservação e reparos, no mês (itens 17 + 18 + 19).
21. - Valor médio gasto em Real por quilômetro rodado, no mês (quantia total gasta com combustível, manutenção/conservação e reparos dividido pelo número de quilômetros rodados no mês).
22. - Somatório dos quilômetros rodados no ano.
23. - Somatório dos litros de combustível gastos no ano.
24. - Média de quilômetros rodados por litro de combustível, no ano (somatório de quilômetros rodados no ano/somatório de litros de combustível consumidos no ano).
25. – Somatório da quantia gasta em Real com combustível no ano.
26. – Somatório da quantia gasta com manutenção /conservação no ano (óleo lubrificante, manutenção de rotina).
27. – Somatório da quantia gasta com reparos no ano (avarias).
28. – Somatório da quantia total gasta com combustível, manutenção/conservação e reparos, no ano (itens 25 + 26 +
29. - Valor médio gasto em Real por quilômetro rodado, no ano (somatórios da quantia total gasta com combustível no ano, manutenção/conservação ano e reparos ano dividido pelo número de quilômetros rodados no ano).
34. - Observações relevantes.
35. - Nome por extenso do responsável pelas informações, cargo, local, data, assinatura e carimbo.



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS**

**ANEXO XII**  
**FICHA CADASTRO DE VEÍCULO OFICIAL**

Decreto nº 2.067 de 11 de agosto de 2009.

**ÓRGÃO / ENTIDADE**

MARCA / MODELO GM/ ASTRA SEDAN ADVANTAGE	PLACA KAG 8416	CHASSI 9BGTR69W07B113866	RENAVAM 886748925
---	-------------------	-----------------------------	----------------------

MOTOR J60020883	COR BRANCA	COMBUSTÍVEL ETANOL/GASOLINAE GNV	ANO FAB./MOD 2006/2007
--------------------	---------------	-------------------------------------	---------------------------

KM INICIAL 99561	LOTAÇÃO MTGÁS	MUNICIPIO CUIABÁ	UF MT
---------------------	------------------	---------------------	----------

ADQUIRIDO DE: GRAMARCA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS	DATA 22/06/2006
--	--------------------

MODALIDADE DE AQUISIÇÃO PREGÃO SAD / MT	VALOR DE AQUISIÇÃO R\$ 42.500,00
--	-------------------------------------

**OBSERVAÇÃO:**

NÃO HÁ.

**RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES**

JAKELINE APARECIDA MOURA

DIRETORA ADM. E FINANCEIRO

Cuiabá/MT

LOCAL

DATA

ASSINATURA / CARIMBO





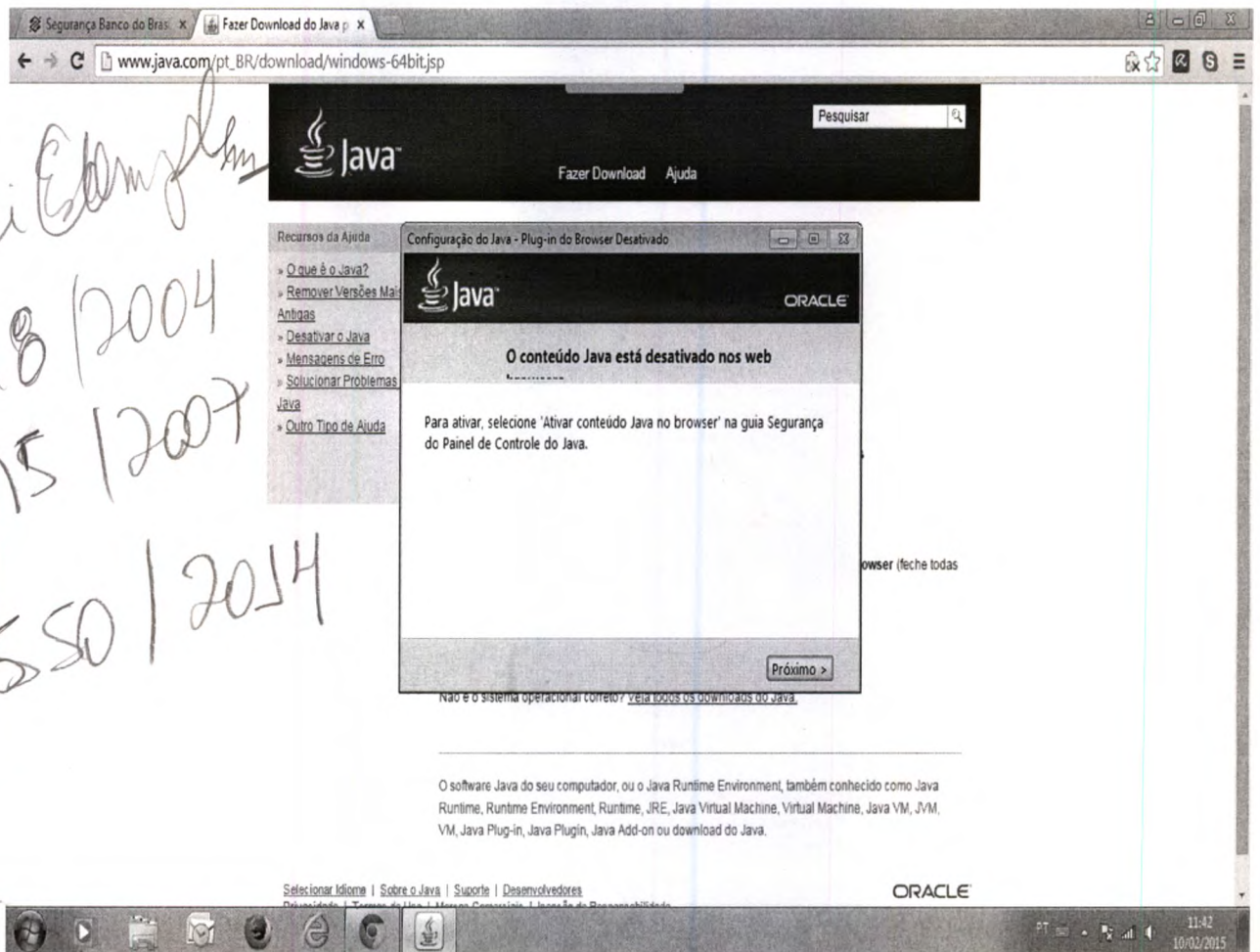
# **GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

## **COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS**

### **INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO**

#### **ANEXO XII – FICHA CADASTRO DE VEÍCULO OFICIAL**

01. - Nome do órgão ou entidade.
02. - Indicar: Marca (fabricante do veículo), Modelo (Ex: Vectra, Corsa, Gol, Uno etc) e as especificações adicionais, quando for o caso.
03. - Código alfanumérico da placa atual.
04. - Número do CHASSI do veículo.
05. - Código do RENAVAM.
06. - Número do Motor.
07. - Cor predominante.
08. - Indicar o(s) tipo(s) de combustível.
09. - Ano de fabricação / ano do modelo do veículo.
10. - Quilometragem do veículo no momento do cadastro.
11. - Setor ou Unidade onde o veículo está lotado.
12. - Nome do município onde está localizado o veículo.
13. - Sigla da Unidade da Federação na qual estava localizado o veículo.
14. - Nome da pessoa física ou jurídica de quem o veículo foi adquirido.
15. - Data em que o veículo foi adquirido.
16. - Por qual modalidade de aquisição o veículo foi.
17. - Por qual valor o veículo foi adquirido.
18. - Observações relevantes.
19. - Nome por extenso do responsável pelas informações, cargo, local, data, assinatura e carimbo.





Desbloquear  
sim  
permitir





COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

## COMUNICAÇÃO INTERNA

<b>De: Gerente</b> <b>Administrativo e</b> <b>Financeiro</b>	<b>Para: Gerência de</b> <b>Recursos Humanos</b>	<b>Data: 15/04/13</b>	<b>C.I. N° 001/2014</b>
<p>Utilizo-me desta, para encaminhar a Vossa Senhoria cópia dos processos de Inclusão de PED/EMP e de pagamento do FGTS e Rescisão de Contrato de Trabalho da funcionária Jakeline Aparecida Moura, visto que os mesmos foram cancelados de acordo com orientação do Secretário Adjunto Executivo e da Coordenadoria de Controle Interno da SICME-MT, segundo os mesmos na conformidade com a Portaria do Ministério do Trabalho n° 384 de 19/06/1992.</p> <p>Como não houve despacho formal, descrevo aqui, o dito pela Sra. Angela do setor de Controle Interno da SICME na ocasião.</p> <p>Sem mais para o momento. Atenciosamente,</p> <p> <b>Nayara Stephanie B. Velasco</b> <b>Gerente Administrativo e Financeiro</b></p>			
<p><b>Ciente/ Recebi em:</b></p> <p> <b>Gleice Moraes Dias</b> <b>Gerente de Recursos Humanos</b></p> <p>15/04/2014</p>			



**Sistema de Protocolo do Estado de Mato Grosso**  
**SECRETARIA DE INDUSTRIA COMERCIO MINAS E ENERGIA**  
**Relatório de Documento/Processo Arquivado em Lote**

Protocolo	Data	Assunto	Cidade/UF	Órgão/Unidade Destino
188141/2014	14/04/2014	EMPENHO FINANCEIRO	CUIABÁ / MT	SICME-MT - GAS
188164/2014	14/04/2014	PAGAMENTO	CUIABÁ / MT	SICME-MT - GAS
189516/2014	14/04/2014	EMPENHO FINANCEIRO	CUIABÁ / MT	SICME-MT - GAS
189533/2014	14/04/2014	PAGAMENTO	CUIABÁ / MT	SICME-MT - GAS

**Total de Protocolo: 4**

ATENÇÃO: este relatório não será recriado posteriormente para comprovação do arquivamento em lote, caso queira ter a possibilidade de impressão do mesmo, é aconselhado salvar este documento eletrônico em seu computador.



**PORTARIA MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO - MTB Nº 384 DE  
19.06.1992**

D.O.U.: 22.06.1992

Simulação de rescisão contratual - Levantamento do FGTS em fraude à lei

O Ministro de Estado do Trabalho e da Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e pelo art. 6º, inciso IV, alínea "a", e

Considerando a necessidade de orientar a fiscalização do trabalho no sentido de coibir a prática de dispensas fictícias, seguidas de recontratação, com o único propósito de facilitar o levantamento dos depósitos da conta vinculada do trabalhador no FGTS;

Considerando que tal procedimento caracteriza-se como fraudulento, não só em razão do fracionamento do vínculo de emprego, mas também em decorrência da diminuição de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o que determina correspondente redução de importâncias a serem aplicadas na construção de habitações populares, obras de saneamento urbano e infra-estrutura, resolve:

Art. 1º A inspeção do trabalho dará tratamento prioritário, entre os atributos de rotina, à constatação de casos simulados de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, seguida de recontratação do mesmo trabalhador ou de sua permanência na empresa sem a formalização do vínculo, presumindo, em tais casos, conduta fraudulenta do empregador para fins de aplicação dos §§ 2º e 3º, do art. 23, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Art. 2º Considera-se fraudulenta a rescisão seguida de recontratação ou de permanência do trabalhador em serviço quando ocorrida dentro dos noventa dias subseqüentes à data em que formalmente a rescisão se operou.

Art. 3º Constatada a prática da rescisão fraudulenta, o agente da inspeção do trabalho levantará todos os casos de rescisão ocorridos nos últimos vinte e quatro meses para verificar se a hipótese pode ser apenada em conformidade com o art. 1º desta Portaria.

Parágrafo único. O levantamento a que se refere este artigo envolverá também a possibilidade de ocorrência de fraude ao seguro-desemprego, hipótese em que será concomitantemente aplicada a sanção prevista no art. 25 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

João Mellão Neto